ANO I — RIO, SEMANA DE 22 A 28 DE MAIO DE 1959 — N.º 13

NOVOS RUMOS

REDAÇÃO: AVENIDA RIO BRANCO, N.º 257 — SALAS 1711/1712

NACIONALIZAÇÃO DOS TRUSTES DE ENERGIA

(CAMPANHA NACIONAL PROMOVIDA PELA GNTI — 10.ª PÁGINA)

ASSEMBLÉIA GAÚCHA EXIGE:

Demissão Para Roberto Campos

(4.ª página)

PROJETA-SE LOTT COMO CANDIDATO DAS FÔRÇAS NACIONALISTAS

(3.ª página)

Marechal Teixeira Lott

AJUSTE DE CONTAS

A batalha que se fere em tôrno da encampação da Companhia de Energia Elétrica Riograndense adquire uma significação histórica no processo de emancipação econômica do país. O que se discute, em última análise, na demanda judiciária que empolga a opinião nacional, é o direito que deve ter o povo brasileiro de livrar-se do mais nefasto monopólio estrangeiro — o monopólio de produção e distribuição de energia elétrica, que detém um poder decisivo sôbre o desenvolvimento industrial.

E' compreensível que o truste norte-americano trate de convocar todos os seus efetivos e reservas para essa peleja. A encampação da subsidiária gaúcha abrirá um precedente perigoso para a própria sobrevivência da Bond and Share em nosso país. Contra o ato do governador Brizola não é suficiente mobilizar, portanto, os argumentos pagos a tanto por linha de «O Globo» e do «Correio da Manhã». Fazia falta uma intervenção direta dos «big shots» do imperialismo norte-americano. E esta intervenção não se fêz esperar, sob a forma do insolente telegrama da Câmara Americana de Comércio do Rio de Janeiro dirigido ao presidente Kubitschek, no qual os representantes do capital monopolista ianque fazem ameaças veladas sôbre a «repercussão que a medida poderá ter no conceito internacional» e protestam contra o «ambiente de incerteza para os investidores estrangeiros».

Os agentes do truste se desesperam porque compreendem, com razão, que a encampação da CEERG não é sinão o primeiro «entrevero» de uma luta sem tréguas que o povo brasileiro vai travar contra o monopólio de eletricidade até expulsá-lo completamente de nosso país. Chegou a hora do ajuste de contas com a Bond and Share, cuja história é uma seqüência de fraudes, abusos e espoliações.

Seja qual fôr a conclusão do caso judiciário aberto nos pampas, — e êle só pode terminar com a vitória do povo gaúcho — é preciso não permitir que seja arquivada a ata de acusação lavrada pelo govêrno do Rio Grande do Sul contra a Bond and Share. A luta deve continuar, porque as garras do truste ainda estão cravadas em outros pontos vitais de nossa economia — no Nordeste, em Minas, no interior de São Paulo.

Chegou o momento de pôr fim aos empréstimos feitos pelo BNDE ao monopólio norte-americano — graças aos srs. Lucas Lopes e Roberto Campos —, empréstimos com os quais a Bond and Share engrossa seu capital, aumenta seus lucros e os remete para os Estados Unidos, desfalcando nossas disponibilidades em divisas e reduzindo a capacidade de investimento nacional. O povo nordestino não pode admitir que a Bond and Share continui a comprar barato a energia de Paulo Afonso para revendê-la a preços monopolistas, entravando o progresso industrial do Nordeste.

A guerra declarada nos pampas há de estender-se por todo o território nacional.

A VERDADE SÔBRE O TIBETE

3 CARTAS DO DALAI LAMA AO GOVÊRNO DE PEQUIM

(NA 2.ª PÁGINA)

★

KUBITSCHEK APRENDEU COM SUKARNO?

(4.ª PÁGINA)

★

PLANO DE LUTAS DE 120 MIL MARÍTIMOS

(5.ª PÁGINA)

★

REFORMA CAMBIAL COM DATA MARCADA

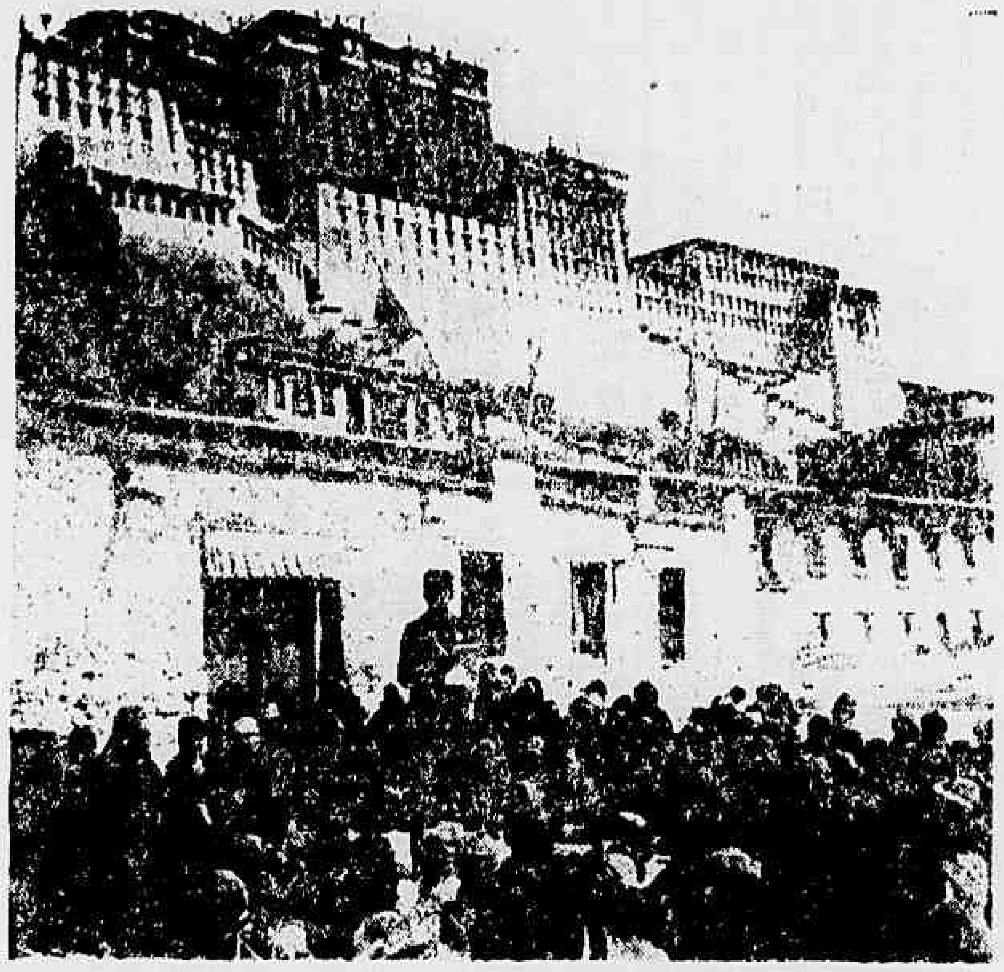
(6.ª PÁGINA)

CÃO DE DUAS CABEÇAS

Audaciosas experiências científicas como transplantação de cabeças de cães estão sendo realizadas com sucesso pelos soviéticos. Você já imaginou as possibilidades gigantescas que se abrem à ciência com êstes êxitos — Leia na página 9 reportagem completa

A VERDADE SÔBRE O "TETO DO MUNDO"

3 CARTAS DO DALAI LAMA AO GOVÊRNO DE PEQUIM



RESTAURADA A ORDEM EM LHASA — Um membro de nacionalidade tibetana do Estado Maior do Comitê de Contrôle Militar em Lhasa, explicando a Ordem do Conselho de Estado de 28 de março aos cidadãos, em frente ao Palácio de Potala.

Chih Fu-Jen
(Exclusivo para NOVOS RUMOS)

Terminou a longa rebelião no Tibete. Lhasa, a principal cidade em que os reacionários desencadearam um ataque armado geral contra o Exército Popular de Libertação, aos 19 de março, já está respirando livremente sob um novo sentido de vida. Com a ajuda da maioria do povo tibetano, o Exército Popular esmagou a rebelião na área de Lhasa em pouco mais de dois dias e, depois, aniquilou os grupos rebeldes da região sul do rio Tsangpo. No dia 20 de abril, êle já controlava completamente tôda a fronteira norte do Himalaia.

Pouco depois da expulsão dos rebeldes de Lhasa, o povo realizou uma gigantesca demonstração. Foi a maior reunião popular registrada pela história dessa antiga cidade tibetana. Dois terços da sua população ergueram-se em apoio ao govêrno e contra os rebeldes, e contaram uma história bastante amarga a respeito das depredações, saques, incêndios e roubos praticados pelos reacionários das camadas superiores, antes de fugirem.

«A partir do dia em que a rebelião armada contra-revolucionária foi esmagada em Lhasa, advieram extraordinárias modificações em tôdas as esferas da vida no Tibete», disse o Panchen Lama na primeira reunião solene do Comitê Preparatório da Região Autônoma do Tibete. «Essas modificações possibilitarão ao povo do Tibete avançar no sentido de uma vida próspera e feliz, e ingressar no caminho do socialismo», acrescentou.

OS TRAIDORES ERRARAM EM SEUS CALCULOS

Na ausência do presidente Dalai Lama, que fôra raptado para a Índia, o Panchen Lama foi designado presidente em exercício do Comitê, por uma ordem do Conselho de Ministros, assinada pelo «Premier» Chou En-lai. O comitê assumiu os podêres e funções do antigo govêrno local (kasha em tibetano) do Tibete, que foi dissolvido. Quatro dos seus seis membros (kaloons em tibetano), tornaram-se traidores e fugiram para a Índia.

A rebelião foi engendrada e dirigida por membros do antigo govêrno local tibetano, os quais faziam parte de um grupo de reacionários estrangeiros. Êsses traidores, todos êles de famílias abastadas, possuidores de servos, erraram seus cálculos. A esmagadora maioria do povo tibetano, lamas e leigos, inclusive muitos patriotas das camadas superiores e médias, permaneceu leal à mãe pátria. Eis porque a rebelião pôde ser derrotada tão rapidamente.

Pondo em prática, a sua rebelião, a malta reacionária pretendia perpetuar o seu sistema de exploração e opressão, desprezando totalmente os interêsses das massas populares do Tibete. Os «slogans» que êles apresentavam para encobrir os seus reais objetivos — «independência para o Tibete» e «fora o povo Han» (a mais numerosa nacionalidade chinesa) — estavam perfeitamente de acôrdo com o que há muito desejavam os imperialistas, isto é, quebrar a poderosa unidade da China.

O QUE É O TIBETE

O Tibete, com meio milhão de milhas quadradas de área, é uma região do extremo oeste da China. A cordilheira do Himalaia, onde está o cume da mais alta montanha do mundo, o Jolmo Lungma, é a fronteira nacional oeste da China. Êste imenso planalto, com uma altitude média de 12/15 000 pés, compõe-se de três partes — Chamdo, Chientsang e Houtsang. Sua população total atinge a 1 200 000 pessoas. Seus sistemas político e religioso foram originariamente estabelecidos pelo govêrno central em Pequim durante os anos dos séculos XVII e XVIII. Até mesmo o título, a posição e os podêres do Dalai Lama foram fixados na capital chinesa pela côrte imperial. Êsses sistemas pouco mudaram. No mundo contemporâneo o sistema feudal de servidão no Tibete, inclusive com remanescentes escravistas, continuava a ser um dos mais atrasados e cruéis sistemas vigentes.

UM ACÔRDO PACÍFICO

Quando o Tibete foi pacificamente libertado, em 1951, foi assinado um acôrdo em Pequim entre o govêrno local tibetano e as autoridades centrais, após um mês de minuciosas discussões e consultas. O documento de 17 artigos, conhecido como o Acôrdo para a Libertação Pacífica do Tibete, que o Dalai Lama proclamou num cabograma ao Presidente Mao Tse-tung como um documento que «o govêrno local do Tibete e os tibetanos, lamas e leigos, apóiam unânimemente», é um documento extremamente razoável. Estipulava o mais escrupuloso respeito não só em relação aos costumes e crenças do povo tibetano, como também no que se refere à posição dos setores ricos das camadas superiores. A reforma podia esperar até que o próprio povo tibetano quisesse efetuá-la e mesmo depois de uma consulta a representantes das camadas superiores.

O que o acôrdo pedia ao govêrno local era um rompimento claro com os imperialistas e a gradual incorporação das fôrças armadas locais ao Exército Popular de Libertação.

O Comando do Exército Popular de Libertação no Tibete seguiu o espírito e a letra do acôrdo, com o maior cuidado possível. Nem o sistema político do Tibete nem a posição e os podêres originais do Dalai Lama foram modificados. As rendas dos grandes templos não foram tocadas. O Lama e servidores leigos ficaram, como antes, exatamente nos mesmos postos; as atividades religiosas e os costumes da população local foram respeitados. A moeda tibetana continuou circulando. Ao mesmo tempo, nem uma agulha foi tomada ao povo. Pelo contrário, o Exército Popular de Libertação abriu estradas, deu emprêgo a muitos milhares de homens, construiu um hospital, introduziu a iluminação elétrica e ergueu algumas fábricas. Tudo isso suscitou o respeito e a afeição do povo.

Por sua vez, os reacionários começaram a sua conspiração solapando o acôrdo quase que a partir do momento em que a êle apusessem as suas assinaturas. Longe de cortar as relações com os imperialistas, fortaleceram subrepticiamente os seus laços e alguns dos seus membros fizeram de Kalimpong, na Índia, um centro, no estrangeiro, de fermentação da rebelião.

De igual modo, o govêrno local do Tibete encontrou pretextos para impedir a gradual reorganização das fôrças tibetanas em unidades do Exército Popular de Libertação e para obstruir qualquer modificação no sistema social, apesar do número crescente de tibetanos que solicitava modificações. Como conseqüência disso, ainda existe a servidão e os pastores e camponeses, que representam a maioria do povo, ainda vivem em semi-escravidão e na mais terrível pobreza, situação que o «Premier» Chou En-lai, em seu relatório de 18 de abril ao Congresso Nacional Popular, comparou à das fases mais tenebrosas da Idade Média na Europa.

AUTONOMIA LOCAL

Em concordância com o acôrdo e com a Constituição, as autoridades centrais organizaram um Comitê, em 1956, para preparar a autonomia regional do Tibete. O Dalai era o seu presidente. Mas o govêrno local ergueu todos os obstáculos possíveis para impedir que o Comitê levasse avante o seu trabalho. O que os reacionários queriam não era a autonomia, mas sim, a chamada «independência», que, na realidade, significava a separação do Tibete da China e a sua colocação sob o contrôle dos imperialistas.

Apesar de tudo isso, o Govêrno Central Popular demonstrou uma extraordinária paciência e tolerância, [illegible] das circunstâncias especiais do Tibete e esperançoso de que os próprios reacionários pudessem despertar para a realidade. Em 1956, o govêrno central chegou a prometer que as reformas democráticas não seriam levadas a cabo antes de 1962, o que originou grande decepção não só entre os tibetanos comuns, como entre as populações de outras partes da China. Mas os grandes possuidores de servos entenderam tôdas essas demonstrações de paciência e tolerância em relação a êles como sinais de fraqueza ou de mêdo. Traiçoeiramente, continuaram e intensificaram as suas maquinações e os seus contatos com a reação e os imperialistas estrangeiros.

Bandos armados intensificaram seus ataques ao Exército Popular de Libertação, assim como ao povo, de junho de 1958 em diante. Nem os lamas e seus templos eram poupados. Muitas testemunhas oculares prestaram depoimento sôbre o perverso tratamento que tais bandos dispensavam ao povo quando disseminavam o terror na região. E, mais tarde, quando desencadearam a rebelião total, estacionaram tropas de artilharia em numerosos templos e obrigaram os lamas a participarem da rebelião. Pabela Cholien-namje, conhecido Buda vivo de [illegible] (templo dos lamas) de Chamdo, e Lo[illegible], lama do Palácio de Potala, que foram levados à fôrça para as fileiras rebeldes, são duas das muitas testemunhas oculares.

[illegible] as autoridades centrais recomendavam pacientemente ao govêrno local que cumprisse o seu dever e punisse [illegible]. Em palavras, o govêrno local hipòcritamente prometia fazê-lo, enquanto, na realidade, instigava e protegia os rebeldes. Os rebeldes tornavam-se cada vez mais arrogantes. Canalizavam as fôrças que estavam reunindo para trazer de outros lugares para Lhasa, no apoio que secretamente recebiam de Chiang Kai-chek e dos imperialistas, e na simpatia com que eram encarados pelos expansionistas da Índia. Planejaram seqüestrar o Dalai Lama, uma vez que afirmam: «O Dalai é um Deus; quem ousa desobedecê-lo?».

A ARROGÂNCIA DOS REBELDES

A 10 de março desencadearam abertamente a rebelião total. O próprio Dalai Lama concordara, um mês antes, assistir a um espetáculo teatral nesse dia, no auditório do Comando do Exército Popular em Lhasa. Os conspiradores não o deixaram ir. De fato, colocaram uma guarda armada em seu Palácio de Verão e espalharam o boato de que o espetáculo era uma armadilha para prender o Dalai.

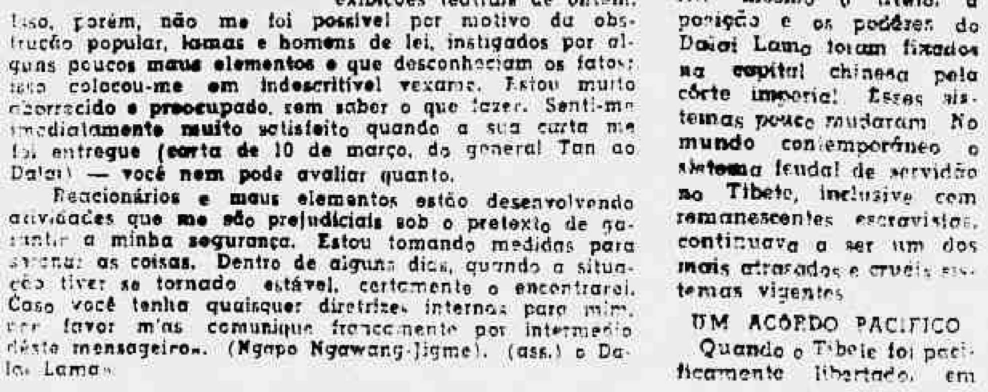
As três cartas escritas pessoalmente pelo Dalai Lama ao General Tan Kuan-sen, representante do govêrno Central Popular, entre os dias 10 e 17 de março, véspera do dia em que foi raptado do seu palácio, demonstram inequivocamente a sua aflitiva situação. Disse que os rebeldes o haviam «insolentemente transferido para Norbu Lingka a pretexto de me protegerem»; que «reacionários, elementos perniciosos, estão desenvolvendo atividades que me põem em perigo, a pretexto de resguardar a minha segurança» e que essas atividades «causam-me infinitas [illegible] e [illegible]» e que estava tentando modificar

(Conclui na 6.ª pág.)

A 1.ª CARTA

«Estimado Camarada Comissário Político Tan. Pretendia ir à Área do Comando Militar para assistir às exibições teatrais de ontem. Isso, porém, não me foi possível por motivo da obstrução popular, lamas e homens de lei, instigados por alguns poucos maus elementos e que desconheciam os fatos; isso colocou-me em indescritível vexame. Estou muito aborrecido e preocupado, sem saber o que fazer. Senti-me imediatamente muito satisfeito quando a sua carta me foi entregue (carta de 10 de março, do general Tan ao Dalai) — você nem pode avaliar quanto.

Reacionários e maus elementos estão desenvolvendo atividades que me são prejudiciais sob o pretexto de garantir a minha segurança. Estou tomando medidas para serenar as coisas. Dentro de alguns dias, quando a situação tiver se tornado estável, certamente o encontrarei. Caso você tenha quaisquer diretrizes internas para mim, por favor m'as comunique francamente por intermédio dêste mensageiro». (Ngapo Ngawang-Jigme). (ass.) o Dalai Lama».

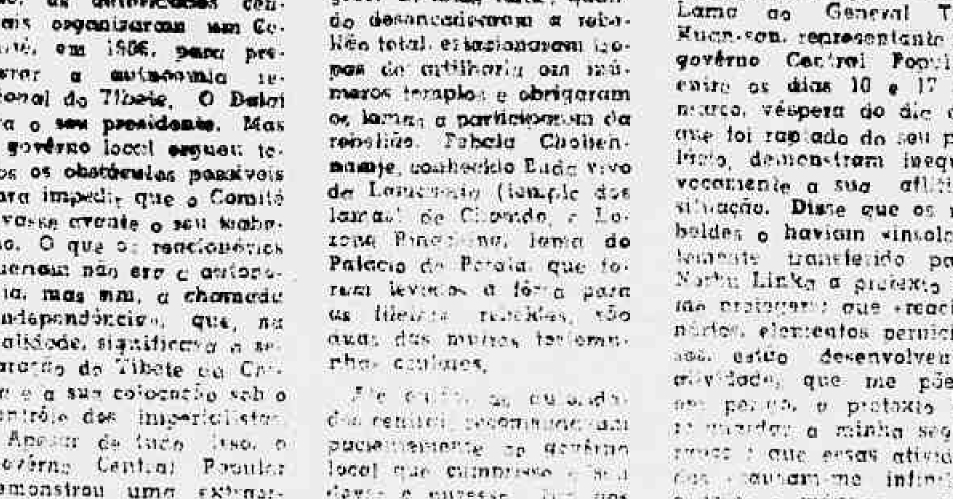


A 2.ª CARTA

Estimado Camarada Comissário Político Tan.

Suponho que você tenha recebido minha carta de ontem (Março, 11), encaminhada a você por Ngapo. Recebi sua carta esta manhã. As atividades ilegais da clique reacionária me causam preocupação e tristeza [illegible] para ordenar a imediata dissolução da ilegal conferência popular e a [illegible] imediata dos reacionários que arrogantemente penetraram em Norbu Lingka, sob o pretexto de me protegerem. Quanto aos incidentes de ontem e de anteontem, [illegible] sob o pretexto de garantir a minha segurança, e que tão sèriamente abalaram as relações entre o Govêrno Central Popular e o Govêrno local, estou fazendo todos os esforços possíveis para serená-los. [illegible] instruções.

«Por favor, comunique-me francamente quaisquer opiniões [illegible] que você tenha para mim. (as) O Dalai Lama, 12 de março».



A 3.ª CARTA

Estimado Camarada Comissário Político Tan.

Recebi a sua carta datada do dia 15 precisamente às três horas. Sinto-me satisfeito pelo seu interêsse acêrca da minha segurança, e, nesta oportunidade, manifesto-lhe a minha gratidão.

Anteontem, o quinto dia do segundo mês do Calendário tibetano (14 de Março de 1959), pronunciei um discurso perante mais de setenta representantes de autoridades governamentais, esclarecendo-os sôbre vários assuntos, apelando a que encarem sèriamente [illegible], pois do contrário a minha vida estaria em perigo. Depois dessas severas advertências, as coisas [illegible] um pouco melhor. Todavia, as condições aqui e fora daqui permanecem, no momento, [illegible]. Estou procurando [illegible] separando os elementos progressistas [illegible] do govêrno daqueles que se opõem à revolução. Dentro de poucos dias, quando existirem fôrças nas quais eu possa confiar, [illegible] para a Área do Comando Militar. Quando chegar essa data, mandar-lhe-ei uma carta [illegible]. Quais são os seus pontos de vista? Por favor, escreva-me sempre. (a) O Dalai Lama — Março, 16.

NOVOS RUMOS

Diretor — Mário Alves
Redator-chefe — Orlando Bomfim Jr.
Secretário — Fragmon Carlos Borges

REDATORES
Almir Matos, Rui Facó, Paulo Mota Lima, Maria da Graça, Luís Ghilardini

MATRIZ
Redação: Av. Rio Branco, 257, 17.º andar, S 1712 — Tel: 42-7344
Gerência: Av. Rio Branco, 257, 9.º andar, S. 905
Endereço telegráfico — Novos Rumos

ASSINATURAS
Anual Cr$ 250,00
Semestral " 130,00
Trimestral " 70,00
Aérea ou sob registro despesas à parte
Número avulso Cr$ 5,00
Número atrasado " 8,00

PROJETA-SE LOTT COMO CANDIDATO DAS FÔRÇAS NACIONALISTAS

DAS marchas e contramarchas da campanha sucessória uma conclusão vai se impondo, com nitidez dia a dia maior: a arregimentação das fôrças políticas e, conseqüentemente, a escolha dos candidatos à Presidência da República não podem ser feitas sem se levar em conta o debate que se trava no país em tôrno da solução nacionalista ou entreguista, democrática ou reacionária, para os problemas fundamentais do país. O pano de fundo sôbre o qual se desenrolam os acordos e os desentendimentos entre as diversas facções é, em essência, o choque das duas tendências, das duas políticas em luta no país.

Jânio: o entreguismo

APRESENTANDO com enorme antecipação a candidatura do sr. Jânio Quadros, coube às fôrças entreguistas e reacionárias precipitar a caracterização do pleito. O que se viu foi logo a adesão dos inimigos mais raivosos do nacionalismo e da política de desenvolvimento à candidatura do ex-governador de São Paulo. Em tôrno de Jânio estão hoje agrupados os mais categorizados arautos do entreguismo e a fina flôr da oligarquia financeira paulista. O candidato é o que melhor satisfaz a sua sêde pelo Poder, embora entreguista e reacionário provado, é um demagogo com tintura «populista», graças ao que tem conseguido relativa penetração em certas camadas populares.

AS manobras que possam vir a ser realizadas por Jânio e seu «brain trust» não conseguirão ocultar o caráter essencialmente antinacionalista e antipopular dessa candidatura.

Do outro lado

É EVIDENTE que a escolha do candidato para fazer face ao sr. Jânio Quadros terá de recair em um líder que represente as tendências às quais se opõe o candidato oficial do lacerdismo. O adversário de Jânio no pleito de 1960 deve ser um homem capaz de encarnar os anseios de independência, progresso e liberdade do nosso povo. Um candidato, portanto, que assegure a continuação da política de desenvolvimento e que tenha as condições para conseguir o apoio das amplas fôrças nacionalistas e populares, do movimento operário e das fôrças da esquerda. Além de outros fatôres de ordem secundária, é isto principalmente o que explica o fracasso completo de tentativas como a do lançamento do nome do sr. Amaral Peixoto e a falta absoluta de ressonância encontrada por alguns outros nomes do PSD.

A RÉPLICA à candidatura Jânio, para ser vitoriosa, não poderá fugir a essa imposição.

As dificuldades

O FATO, contudo, é que não surgiu até agora êsse candidato. Vários estiveram na berlinda, mas como estrêlas cujo brilho logo se ofuscava. De todos êles só o nome do marechal Teixeira Lott permanece em foco, embora tendo atravessado momentos de acentuado declínio. Isto reflete as dificuldades das fôrças que não apóiam o sr. Jânio Quadros em se unificarem em tôrno de um candidato.

ESSAS dificuldades se explicam, antes de tudo, pelas vacilações do sr. Juscelino Kubitschek — que, como Presidente da República, é o líder natural do partido majoritário — em se definir ou se inclinar por um nome que exprima claramente uma política de independência e progresso. O que acontece é que o candidato contra Jânio deve ter, ao mesmo tempo, o apoio de fôrças situacionistas e de outras fôrças, não comprometidas com o govêrno, como o movimento operário, o setor nacionalista do Exército, etc. Uma atitude de JK a favor de um candidato de tendência nacionalista criará inevitàvelmente um choque com a política econômico-financeira realizada pelo setor entreguista de seu govêrno.

O SR. Kubitschek insiste, entretanto, em manobrar, mantendo compromissos com os grupos abertamente entreguistas (identificados nesse ponto com a candidatura Jânio) cujos principais representantes no govêrno são os srs. Lucas Lopes, Roberto Campos e Garrido Tôrres. A manutenção dêsses compromissos leva a sucessivos adiamentos na escolha do nome do candidato — que, embora devendo ter, como foi dito, o apoio de fôrças situacionistas, não pode ser, porém, de modo algum um homem ligado à atual política econômico-financeira do govêrno, inspirada pelos trustes americanos através do Fundo Monetário Internacional e executada pelo trio entreguista Lucas-Roberto-Garrido.

Luta de tendências

SURGE daí a luta de tendências que se verifica no seio das fôrças situacionistas e dentro do próprio PSD. Enquanto os elementos mais reacionários ou comprometidos com o imperialismo fazem tudo para impedir a indicação de um candidato que, uma vez eleito, ponha em prática uma política de caráter nacionalista, os líderes de tendência progressista articulam seus próprios esquemas e pressionam no sentido de uma definição de seus partidos e de JK a favor de uma candidatura identificada com a política de desenvolvimento econômico e que tenha boa ressonância entre as fôrças nacionalistas e populares. Nas fileiras do PSD é indisfarçável essa luta de tendências entre a chamada «ala moça» e os dirigentes mais reacionários.

QUANTO ao PTB, partido da coalizão governamental, vem nos últimos tempos exercendo forte pressão a fim de manter a aliança com o PSD em bases nacionalistas e aceitáveis pelas massas. Êste é o sentido da sua proposta de «reformas de base» e do programa aprovado em sua recente Convenção.

TUDO isto mostra que no processo da campanha sucessória se acentuam as contradições no govêrno do sr. Kubitschek. Enquanto cresce a pressão do PTB e da «ala moça» pessedista, além da que é feita pelos setores nacionalistas do Exército, a Frente Parlamentar Nacionalista e as fôrças populares, aumentam de outro lado as exigências dos monopolistas ianques, que se exprimem em fatos como as últimas portarias da SUMOC (reforma cambial gradual e a insolente investida do sr. Roberto Campos contra o monopólio estatal do petróleo. Estas novas ameaças entreguistas levam as fôrças patrióticas a intensificar os seus esforços para a apresentação de um candidato que inspire confiança ao povo brasileiro.

Projeta-se Lott

NESTA situação, projeta-se com um novo vigor a candidatura do marechal Teixeira Lott. Vários setores nacionalistas se agrupam em tôrno dessa candidatura, contando agora com a aquiescência já quase formal do ministro da Guerra. Dentro do próprio PSD, e liderado pelos seus melhores representantes no Parlamento, adquire novas fôrças o movimento visando impor à direção do Partido, como fato consumado, o nome do marechal Lott. Por sua vez, o sr. João Goulart declara estar pronto a apoiá-lo, desde que o PSD se decida a respeito.

Falando em nome dos comunistas, numa entrevista concedida no último domingo ao «Diário de Notícias», Luís Carlos Prestes afirmou que Lott pode ser o candidato apoiado pelos seus correligionários desde que seu nome coligue as fôrças nacionalistas. Em suas declarações Prestes disse ainda: «Há uma condição que consideramos hoje indispensável a qualquer candidato que possamos apoiar: a de que êle tome uma posição clara e definida contra a atual política financeira do govêrno».

A ASCENSÃO da candidatura Lott é acompanhada de uma correlata perda de substância de outras soluções tentadas para o problema sucessório. E' o caso, particularmente, da candidatura Juraci Magalhães, que pràticamente acaba de se afastar do páreo, enquanto a UDN tende cada vez mais a se comprometer oficialmente com a candidatura Jânio.

Urge a mudança de política

OS setores nacionalistas consideram em geral que duas condições são imprescindíveis para a derrota de Jânio: a escolha de um candidato capaz de unificar as fôrças patrióticas e populares e a urgente mudança de rumos na política realizada por JK. Essa mudança de política no sentido nacionalista e popular está inseparàvelmente relacionada com a necessidade do afastamento de postos-chave do govêrno de entreguistas notórios como Lucas Lopes, Roberto Campos e Garrido Tôrres. E' uma exigência muito fácil de ser compreendida, uma vez que será impossível conquistar a vitória nas urnas um candidato apoiado pelo Catete se o govêrno insistir em sua política de concessões aos monopolistas norte-americanos e de dificuldades crescentes para as massas populares.

Fora De Rumo

RAIMUNDO NONATO

Dizendo-se «quase de partida para Lisboa», onde estêve muito apressadamente, D. Jaime Câmara escusou-se de fazer declarações a um jornal, limitando-se a saudar os portuguêses e a informar que ia a convite de seu «grande amigo», o eminentíssimo Cardeal Cerejeira.

—oOo—

Sempre ardoroso e inclinado a formular, sôbre política, palavras picantes, D. Jaime, diante de suas malas afiveladas, optou pela prudência. Fêz bem, estando de partida para um país onde a situação é delicada. Cerejeira, que já foi o Pistolão Nº 1 para o salazarismo, encolhe-se, em face da perspectiva de tombo de Salazar, embora conservando relativa solidariedade àquela forma de fascismo, pois o eminentíssimo cardeal liga-se aos interêsses de grossas companhias, ramificadas com trustes anglo-americanos, auferindo também vantagens da exploração das riquezas da Metrópole e Colônias. O seu reino é dêste mundo.

—oOo—

Cerejeira encolheu-se desde que o arcebispo do Pôrto, D. Antônio Ferreira Gomes, cortou as amarras com o salazarismo, ao constatar que no próprio Minho, «coração católico de Portugal», em face da «trágica realidade nacional», os homens se retiravam ostensivamente dos templos quando os sacerdotes começavam a falar de eleições.

—oOo—

Queixa-se no entanto o «Correio da Manhã» com que se arrasta na Câmara o projeto das Diretrizes e Bases da Educação. E culpa os nacionalistas, acusando ao mesmo tempo os «outros» (os entreguistas, naturalmente), ovelhas de um rebanho que se deixa manobrar pela «minoria atuante».

—oOo—

Interêsses privados é que têm impedido a marcha do projeto das Diretrizes e Bases. Ainda agora êle voltou às Comissões em face da apresentação de um substitutivo do líder Carlos Lacerda, contra a «ditadura estatal do ensino», que se resume à distribuição, em forma perdulária, de subvenções a colégios particulares. Lacerda chama a isso ditadura. Quer que o Estado continue dando dinheiro, sem direito a vêz nem a voto. Decerto ainda está pensando assim, depois da descoberta do campo de concentração do Colégio Padre Vieira.

—oOo—

A maior [illegible] da semana para o «Correio da Manhã» foi, sem dúvida, a encampação da subsidiária da Bond and Share no Rio Grande. A propósito (ou um tanto sem propósito), o jornal do sr. Paulo Bittencourt registra que na inauguração [illegible] JK chupou uma tangerina, que na terra do sr. Brizola é chamada de bergamota.

E daí? Por que o jornal não implica, por exemplo, com os nordestinos, que chamam tangerina de laranja cravo, ou com os argentinos, [illegible] alguns [illegible], os quais chamam a mesma fruta de mandarina?

Fiel à Bond and Share, o sr. Paulo Bittencourt chega a declarar guerra à bergamota dos riograndenses.

VIAÇÃO COMERCIAL

Deputados investigam crise

Extenso e detalhado questionário, compreendendo pràticamente tôdas as questões relacionadas com a presente crise da aviação comercial, foi elaborado pela Comissão Parlamentar de Inquérito que, sob a presidência do sr. Pedro Aleixo, e integrada, entre outros, pelos deputados José Joffily e Vasconcelos Torres (relator), vem se reunindo duas vêzes por semana. Os quesitos formulados no questionário compreendem desde o valor dos investimentos na aviação comercial, sua rentabilidade, critério para concessão de divisas, até os débitos para com a previdência social, o Banco do Brasil e outros institutos de crédito, etc.

DEP. JOFFILY

No momento, os trabalhos da Comissão acham-se numa fase preliminar de coleta de dados e informações e ainda há dias foram por ela recebidas as duas diretorias dos Sindicatos dos Aeronautas e dos Aeroviários, que fizeram entrega de fundamentado memorial de que divulgamos um resumo em nosso número anterior.

Posteriormente, a Comissão tomará depoimentos de autoridades militares, notadamente da Aeronáutica, diretores das emprêsas de aviação, presidentes do BNDE, e dos Conselhos Nacionais de Economia e de Desenvolvimento Econômico. A tôdas essas pessoas já foram distribuídas cópias do questionário elaborado pela Comissão. O primeiro convocado, foi o brigadeiro Dario Azambuja, diretor do Departamento de Aeronáutica Civil.

«Operação Argus»: Duplo Atentado

Em longo discurso pronunciado na Câmara, o deputado José Silveira (PTB-Paraná) denunciou a "Operação Argus" (explosão atômica a elevada altitude sôbre a América do Sul), mostrando os seus dois aspectos atentatórios aos interêsses nacionais. De um lado, acentuou o parlamentar nacionalista, houve um grande aumento da radioatividade atmosférica, o que constitui tremendo perigo para a saúde da população (através dos alimentos) e para a saúde das gerações vindouras. De outra parte, a atividade de belonaves estrangeiras no litoral brasileiro, sem que o nosso govêrno sequer tivesse sido comunicado, é prova evidente da violação da soberania nacional pelos norte-americanos.

Concluindo seu discurso, o deputado José Silveira apelou para os seus colegas no sentido de que a êle se juntem, para que o delegado brasileiro na ONU exprime os verdadeiros anseios do povo brasileiro, reclamando a cessação completa das experiências com armas nucleares.

FERRARI: LÍDER DE JÂNIO OU DO PTB?

As recentes declarações feitas em São Paulo pelo deputado Fernando Ferrari revelam que o transviado líder trabalhista insiste ainda em propagar idéias que, pelo seu conteúdo reacionário, nada têm a ver com os objetivos visados pelo movimento nacionalista, nem mesmo com o programa e as posições pùblicamente to-

madas por seu próprio partido.

Uma das sentenças do sr. Ferrari é considerar que o entreguista Jânio Quadros está inteiramente identificado com o PTB e que pode perfeitamente ser o «candidato apoiado pelo povo no próximo pleito presidencial». O que é importante para o extravagante líder não é discutir o entreguismo de Jânio, mas garantir condições para a sua posse no caso (que certamente não se dará) de ser eleito.

Há quem diga que o sr. Ferrari, em seus delírios de personalismo, acalenta o sonho de ser vice de Jânio. E daí a sua guinada para a reação. Isto pode ser verdade, mas não explica tudo. Ferrari na verdade o que faz agora é tirar a máscara de reacionário que vinha usando. Esse reacionarismo ficou provado na recente Convenção do PTB. Presidente da comissão incumbida de redigir o programa trabalhista, a grande preocupação de Ferrari foi torpedear tôdas as emendas que mais aproximavam o programa do PTB do movimento nacionalista. Foi, entretanto, derrotado fragorosamente pelo plenário da Convenção.

Embora inexplicàvelmente mantido ainda na liderança do PTB na Câmara, o agitador janista Fernando Ferrari está se vendo dia a dia isolado em seu próprio partido e sofrendo das mais justas e enérgicas críticas por parte dos vários setores nacionalistas.

Líder de Jânio e, assim, propagandista do lacerdismo, o sr. Fernando Ferrari não pode continuar a ser líder de um partido como o PTB, que acaba de assumir em sua convenção sérios compromissos com a luta nacionalista e democrática do nosso povo.

ROBORÉ E A UDN

E mesmo a oposição udenista. Ainda agora, na discussão dos acordos de Roboré, mais uma vez se revelaram de corpo inteiro os homens que puxam os cordões no grêmio do brigadeiro. Falan-

DEP. J. AGRIPINO

do há dias na Câmara, o deputado João Agripino, líder da bancada udenista, deveu reconhecer que alguns deputados de seu partido, juntamente com outros parlamentares nacionalistas de outros partidos, são contrários àqueles acordos, impingidos ao Brasil pelos trustes do petróleo. Poderia parecer que, como líder da chamada oposição, o sr. Agripino se congratulasse com o fato. Na realidade, porém, o reconhecimento tem o sabor de um lamento, pois a alta direção udenista não faz oposição a Roboré, mas apoia os acordos. Há cêrca de um mês e meio, quando da votação da emenda sôbre a reavaliação dos ativos, o líder udenista mostrou-se como o braço direito do líder Falcão e garantiu a aprovação da emenda, que, do contrário, seria derrotada.

A coisa está, portanto, bastante clara: quando a medida provém dos elementos nacionalistas do govêrno e convém aos interêsses nacionais, a UDN é oposição. Mas, quando vem dos entreguistas, aí a UDN nada tem a opor, sendo, pelo sim, um decisivo ponto de apoio para o govêrno.

O TRUSTE NÃO ARRIOU A BANDEIRA BRASILEIRA

* Mantida a encampaçã e da Bond and Share de Pôrto Alegre
* Moção do Clube Militar: «Liminar de uma nova era no desenvolvimento do país»
* Movimento nacional de apoio ao ato do governador Brizzola

Com a retirada da liminar do mandato de segurança, que o desembargador Ciro Pestana concedera à filial gaúcha da Bond and Share, contra o ato de encampação desta emprêsa decretado pelo governador Brizolla, a bandeira brasileira pôde continuar hasteada na sede da Companhia, em Pôrto Alegre.

O pavilhão verde-amarelo fôra festiva e solenemente hasteado pelo Secretário da Energia e Comunicações do Rio Grande, deputado Wilson Vargas, sob os aplausos de uma multidão entusiasta, na manhã de sexta-feira última, quando a Vara da Fazenda Pública daquele Estado imitiu o govêrno na posse da «Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense».

Pôrto Alegre viveu um fim-de-semana de grande tensão. Perigava a grande conquista popular, a vitória que todo o povo já festejava nas ruas da Capital gaúcha: a encampação do famigerado truste. Os sindicatos de trabalhadores se articularam para a greve geral em todo o Estado, na manhã de segunda-feira; só não a realizaram por pedido pessoal do governador Brizolla, que não julgava ainda o tempo chegado de levar a luta para as ruas. Dezenas de comícios-relâmpago foram realizados pelos estudantes e trabalhadores, sábado e domingo, mobilizando o povo para a luta que se aproximava.

Talvez por considerar as incontroláveis consequências que poderiam advir de sua decisão, o desembargador Ciro Pestana tornou sem efeito a liminar que concedera à CEERG. Não foi, portanto, necessária a intervenção do Tribunal de Justiça do Estado, a quem o govêrno havia apelado para a anulação da liminar. E a CEERG continuou na posse do Poder Público.

Já o deputado Wilson Vargas anunciou a primeira grande compensação a ser dada ao povo, pela vitória sôbre o truste: vai baixar o preço da energia em Pôrto Alegre e Canoas. Durante anos, com efeito, a CEERG vendia à população por Cr$ 4,00 o kw que ela comprava por Cr$ 1,00 das usinas do Estado. Só nesta operação de compra e venda o truste realizava lucros líquidos superiores a Cr$ 10 milhões por mês. Sem intermediários parasitas, o Estado poderá agora fornecer energia pelo seu preço real.

Contudo, a luta está longe de seu término. Dentro de uma semana, o Tribunal de Justiça gaúcho deverá julgar efetivamente o mandado de segurança impetrado pelo truste ianque. Vencida esta etapa, virá a luta sôbre a indenização, também a ser decidida pela Justiça.

Limiar de nova era

O povo gaúcho parte, entretanto, para essas novas batalhas revigorado pela simpatia e a solidariedade de todo o País. Chovem ao Rio Grande as mensagens de aplauso e apoio ao govêrno e ao povo, pela corajosa conquista obtida sôbre o imperialismo. No Rio de Janeiro, a Câmara de Vereadores aprovou por unânimidade uma moção de solidariedade aos gaúchos. O Partido Socialista aprovou também uma resolução especial para aplaudir o feito do R. Grande do Sul. A Diretoria do Clube Militar — fato ainda mais significativo do amadurecimento da luta nacional contra o imperialismo ianque — distribuiu à imprensa a seguinte nota:

> «A Diretoria do Clube Militar, em reunião realizada dia 14 último, aprovou, por unanimidade, moção de apôio e aplausos ao ato do govêrno do Estado do Rio Grande do Sul que encampou a emprêsa estrangeira concessionária do fornecimento de energia à capital sulina e que vinha sendo distribuidora de energia produzida por emprêsa nacional e estatal, organizada à base de capitais nacionais, contra a qual se levantaram tôdas as dificuldades. A Diretoria do Clube Militar vê na referida decisão o limiar de uma nova era no desenvolvimento brasileiro, quando o poder público compreende e sanciona o anseio popular pela nacionalização das fontes de energia, base de todos os empreendimentos que possibilitam o progresso do nosso País».

Em São Paulo, os líderes de todos os partidos na Assembléia estadual, e mais outros 50 deputados, enviaram mensagens de solidariedade ao govêrno e ao povo do Rio Grande. Também a Diretoria do Pacto Intersindical, do Sindicato dos Ferroviários de Sorocabana, e de outros sindicatos enviaram aos trabalhadores, ao povo e ao govêrno gaúchos a expressão do seu entusiasmo pela vitória sôbre a Bond and Share. Os estudantes de todo o país também se mobilizaram para aplaudir a conquista do Rio Grande, que está marcando uma nova e decisiva etapa da luta antiimperialista em nossa terra.

A ASSEMBLÉIA GAÚCHA EXIGE

Demissão de Roberto Campos

A Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, através de um vibrante pronunciamento da unanimidade de seus representantes, decidiu repudiar a política entreguista do sr. Roberto Campos e exigir o seu imediato afastamento da presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

Coube a patriótica iniciativa ao deputado Pedro Alvares, que submeteu aos seus pares um manifesto naquele sentido. O documento foi subscrito também pelos deputados Justino Quintana, José Vecchio, Guilherme do Vale, Heitor Galant, Ataíde Pacheco, Antonino Fornari, Romeu Cheibe, Zaire Nunes, Braga Gastal, Seno Ledwig, Ari Delgado, Adalmiro Moura, Sinval Guazelli, Júlio Brunelli, Gustavo Langsch, Solando Borges, Sereno Chaise, Tarsis Gonzalez, Porcínio Pinto, Moab Caldas, Afonso Anschau, José Zacchia, Hélvio Jobim, Ernesto Lavratti, Cândido Norberto, Paulo Couto, Ortiz Borges, Carlos Santos, Jairo Brum e Antônio Chiarello.

AMEAÇA À PETROBRÁS

A moção dos parlamentares gaúchos repele com veemência a tese entreguista do sr. Roberto Campos segundo a qual o monopólio estatal do petróleo deve limitar-se ùnicamente ao recôncavo baiano, admitindo nas demais regiões do país a participação do capital estrangeiro. A êste respeito, denuncia o manifesto: «As medidas preconizadas pelo sr. Roberto Campos não podem ser desvinculadas de um conjunto de elementos que, paulatinamente, vão sendo conjugados com o propósito de modificar a política nacional do petróleo. Tôdas as tentativas diretas de liquidar a Petrobrás foram sempre fragorosamente desbaratadas. Passa-se, então, a apelar para os processos indiretos, subtilmente articulados com a colaboração da experiência internacional dos monopólios petrolíferos estrangeiros, através de homens de sua confiança no país». Entre essas manobras sutis, além das declarações do presidente do BNDE, os parlamentares gaúchos mencionam o Acôrdo de Roboré. «A impatriótica campanha — prossegue o manifesto — lançada agora pelo sr. Roberto Campos coincide, e certamente não por acaso, com o momento de graves dificuldades financeiras porque atravessa o país, motivadas principalmente pelo elevado deficit no balanço de pagamentos no ano passado. Uma tal situação é o momento azado para obrigar o país a capitular face à política nacional do petróleo».

DEMISSÃO DO ENTREGUISTA

Depois de observar que «embora o monopólio estatal do petróleo se considere presentemente como uma conquista definitivamente consolidada do povo brasileiro, os acontecimentos atestam que é preciso conservar permanentemente alerta o espírito de vigilância», o manifesto dos parlamentares gaúchos repele as insinuações do sr. Roberto Campos e exige o seu afastamento do importante cargo de Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, um setor importante da administração pública federal tão intimamente ligado aos problemas da emancipação econômica do país, que precisa urgentemente passar às mãos de elementos sem compromissos materiais ou simples vinculações subjetivas com os trustes estrangeiros, para as mãos de patriotas reconhecidos e, pois, merecedores da confiança da nação».

A leitura do Manifesto, feita da tribuna pelo deputado Pedro Alvarez, provocou numerosas manifestações de apoio de tôdas as bancadas.

Corre Dinheiro Para Confundir a Opinião Pública

A «sadia» forja «argumentos» — Duas coisas distintas: encampação e indenização — O que a devassa revelou

Os trustes ianques de energia elétrica, que "repartiram" entre si o Brasil, estão promovendo uma campanha de imprensa, em todo o País, contra o ato do govêrno do Rio Grande do Sul, encampando a filial gaúcha da "Bond and Share". O processo é simples: qualquer editorial, artigo, ou simples nota que publiquem o "Correio da Manhã", o "Estado de São Paulo" e outros jornais que já tenham sua opinião vendida aos trustes, contra o decreto do Governador Brizzola, é imediatamente reproduzido como matéria paga em tôda a imprensa "sadia" do Rio, de São Paulo, de Pôrto Alegre, e de outras capitais brasileiras.

QUESTÕES DISTINTAS

Os escribas do truste, contudo, têm grande dificuldade para encontrar argumentos aceitáveis para defender a emprêsa encampada no Rio Grande. De tal forma que orientam tôda a sua campanha pela tática de procurar embaraçar a opinião pública, confundindo duas questões absolutamente distintas: a encampação e a indenização.

Trata-se de um êrro grosseiro. O direito de encampação é líquido e certo para o govêrno gaúcho. O contrato de 30 anos da Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense expirou-se em 4 de maio de 1958. A "CEERG", portanto, há mais de um ano funciona sem contrato. Tanto os têrmos do contrato expirado como a lei Federal prevêm a entrega dos serviços e de todos os bens da Companhia, ao têrmo da concessão, se o Estado não preferir renovar o contrato.

A [illegible] e a legitimidade do decreto de encampação, portanto não podem ser postos em dúvida. Os escribas do truste, contudo, querem forçar o [illegible] a encampação afirmando que o govêrno gaúcho não pretende pagar à Bond and Share uma volumosa indenização.

Trata-se de questão inteiramente independente. Ao Supremo Tribunal Federal caberá decidir em última instância, afinal, a indenização a que tem direito a emprêsa encampada.

E o govêrno gaúcho não se cansa de proclamar que pagará o que for julgado de direito.

O que tem escandalizado a imprensa entreguista e servido de "argumento" em sua campanha confusionista dirigida aos capitalistas brasileiros, é o fato de que a Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre resolveu que o govêrno gaúcho apenas devia fazer o depósito prévio de Cr$ 20 milhões, [illegible]

A DEVASSA

[illegible]

Com efeito a Comissão de Tombamento [illegible] Rio Grande [illegible] que todos sabem são largamente utilizados pelas emprêsas imperialistas sobretudo as de eletricidade em nosso País. O "Eximbank", por exemplo [illegible] CEERG [illegible] da Bond and Share, a "American Foreign Power" [illegible] A CEERG [illegible]

[illegible] sôbre o mesmo empréstimo à "A.F.P." [illegible] a diferença entre os juros efetivamente remetidos e os juros reais do empréstimo era remessa ilegal de lucros. O mesmo ocorria com os "empréstimos" feitos diretamente pela AFP à CEERG [illegible] juros subiam também de 6 a 10%, embora a taxa de juros nos Estados Unidos variasse em tôrno de 4%. Dessa forma, até dezembro de 57, a CEERG remeteu, sob a forma de juros, 152 milhões de dólares à sede do truste ianque, embora o total de empréstimos não excedesse 8 milhões de dólares. Os empréstimos foram amortizados integralmente duas vêzes, sem que um só centavo fôsse contabilizado como amortização pela Companhia.

Outra fraude dentre as muitas constatadas pela Comissão de Tombamento na CEERG, para encobrir remessas ilegais de lucros, era o sistema de pagamentos de "consultas" à "Ebasco International", também subsidiária da Bond and Share. A Comissão, demonstrando inclusive muita tolerância para com o truste, somou 42 milhões de cruzeiros entre os pagamentos da CEERG à "Ebasco" a título de "serviços técnicos" prestados e que não se referiam à prestação de serviços de qualquer espécie, e sim à remessa fraudulenta de lucros. Segundo a expressão do deputado Omar Graffulha, falando na Assembléia gaúcha, o truste "trocava dinheiro do bolso" para iludir o Estado.

REAVALIAÇÃO

São muitas as outras fraudes constatadas pela Comissão de Tombamento, e o público tem conhecimento de outras numerosas, que a Comissão não pôde constatar: "superfaturamento" na importação de materiais, remessa de "donativos", etc. Contudo, os efeitos do relatório — que será objeto de decisão da Justiça — poderão ser bastante modificados pela nova lei entreguista do impôsto de renda, aprovada pelo Congresso, que extendeu às emprêsas de serviço público o direito à reavaliação do capital. De qualquer forma, o que não se justifica é que as conclusões do tombamento sirvam de argumento para condenar a encampação, quando o seu efeito, pelo contrário, é o de tornar urgente aos olhos do país, a encampação da CEERG, e a realização de devassas semelhantes na contabilidade de tôdas as emprêsas imperialistas do País.

KUBITSCHEK APRENDEU COM SUKARNO?

A julgar pelo protocolo da visita do Presidente Sukarno, em nada seria diferente do número crescente de visitas de chefes de Estado que ultimamente têm sido feitas ao Brasil. Houve as clássicas homenagens do Congresso e do Supremo Tribunal, o banquete do Itamarati, a visita a Brasília e tôdas as outras cerimônias a cujo [illegible] o público brasileiro já se vem habituando.

No entanto os que acompanharam os cinco dias da visita do líder indonésio [illegible] diferente. Fiel às [illegible] nacionais de seu povo, Sukarno comunicou ao govêrno [illegible] As autoridades e [illegible] simples ouvintes brasileiros a sua vontade lúcida pela coexistência entre os povos.

"Se alguém não gosta da palavra coexistência — disse êle — que mude a palavra. Diga coabitação, viver juntos, mas o sentido será sempre o mesmo: os povos devem fazer um esfôrço para respeitar-se, para compreender-se, para amar-se uns aos outros".

Isso foi explicado ao Presidente Kubitschek no Ministério do Exterior [illegible] e exemplificou com o caso do seu próprio País.

Houve um tempo em que a Indonésia [illegible] "Democracia dirigida" [illegible] Ali, que os seus líderes decidiram fundar o "Pancasila" [illegible] "Pantja-Sila": crença em Deus, nacionalismo, internacionalismo, democracia e justiça social.

Muito govêrnos e pessoas não gostam de certos resultados da "Pantja-Sila" [illegible] política de coexistência, os povos devem procurar [illegible] sem [illegible] dos outros.

No banquete que lhe ofereceram no Jockey Clube, Sukarno foi ainda mais explícito. Há três fatos fundamentais deste século — disse êle — que alguns govêrnos não querem aceitar, mas devem fazê-lo se não quiserem ser postos atrás pela história: a descoberta do átomo, o aparecimento de países socialistas, e a libertação dos povos coloniais da Ásia e da África.

É de se esperar que o Presidente Kubitschek tenha aprendido algo dos ensinamentos de Sukarno.

AUMENTO OU GREVE GERAL

Cêrca de 30 mil trabalhadores do grupo Light ameaçam paralisar totalmente as suas atividades no Distrito Federal, São Paulo e Estado do Rio a partir do dia 1.º de junho, se não tiverem sido atendidas as suas reivindicações. [illegible] Sindicato [illegible] pessoal de carris, telefone e energia elétrica e produção de [illegible] dos três Estados acima referidos, resolveram lutar [illegible] pelas seguintes reivindicações: aumento [illegible] de 40% [illegible] adicional de [illegible] base de um mês de salário.

GREVE

A [illegible] de greve [illegible] intransigência demonstrada pelos representantes da Light nos repetidos encontros que mantiveram com os dirigentes sindicais, onde deixaram evidente o propósito da referida emprêsa de conceder apenas um aumento de 27%, considerado inaceitável pelos trabalhadores.

A tabela de aumento salarial elaborada pelos dirigentes sindicais baseia-se nos dados fornecidos pelo SEPT, que acusa um aumento no custo de vida de 35,42%, de abril de 1958 a abril de 1959. Calculando a contribuição para a CAPFESP (7%) sôbre os 35,42, consideram a elevação decorrente que atingirá a 2,48, levando em conta o aumento do custo de vida para maio (2,10%) — concluem os trabalhadores que o aumento mínimo aceitável é o correspondente a 40% sôbre os seus salários.

NOVAS RESOLUÇÕES

Em face da manifesta má vontade da Light em atender as reivindicações pleiteadas pelos seus empregados, resolveram os sindicatos da classe adotar uma série de novas medidas para a campanha de aumento salarial. Essas medidas, que estão sendo discutidas pelos [illegible] blemas indicais, são as seguintes:

1) As Assembléias deverão tornar-se permanentes, ficando as Diretorias autorizadas a deflagrarem a greve quando julgarem oportuno, caso até o dia 1.º de Junho próximo futuro não haja uma solução para as reivindicações.

2) Memorial às autoridades dando conhecimento das decisões das assembléias assinado por todos os presidentes.

3) Manifesto ao povo mostrando a justeza da luta reivindicatória, assinado por todos os presidentes.

4) No caso de deflagração da greve, serão incluídos novos itens reivindicatórios.

5) Solicitar a realização da Mesa Redonda no Ministério do Trabalho".

Essas medidas já estão sendo discutidas e aprovadas pelos sindicatos do Rio e São Paulo, em assembléias realizadas com a presença de milhares de trabalhadores.

FRUSTRADA A MESA REDONDA

Estava marcada para o dia 19 a realização de uma mesa redonda no Ministério do Trabalho, onde deveriam comparecer os representantes do grupo Lieth, os dirigentes sindicais e as autoridades federais, estaduais e municipais interessadas em encontrar uma solução para a tabela de reivindicações pleiteada pelos trabalhadores. O representante do monopólio [illegible] achou que era indispensável a presença do representante do Ministério da Agricultura e, como êste não se fizesse representar, recusou-se a proceder as conversações, ficando a mesa redonda convocada para o próximo dia 25, às 15 horas, no Ministério do Trabalho. Enquanto isso os sindicatos continuam em assembléia permanente acompanhando o desenvolvimento das "démarches".

E A LEI ORGÂNICA?

ROBERTO MORENA

Já não podem mais ser [illegible] os [illegible] radicais que as instituições de previdência social exigem. Não há um só dos Institutos que esteja a salvo do descalabro, da desorganização, da dilapidação, da incerteza de seu presente e do seu futuro. As medidas esparsas que se propõe aplicar são remédios que nada resolvem. Ao contrário, agravam ainda mais a situação reinante. Parece até que há um plano deliberado para liquidar com a previdência social, criando condições de insolvência. Basta o exemplo do SAPS. Tantos têm sido os desfalques, os roubos, a desorganização que lavra nessa instituição, que agora o atual diretor acha que é melhor acabar logo com êsse órgão fornecedor de tantas... comidas ricas!

Alertamos, na ocasião, sôbre os propósitos contidos no discurso do atual Ministro do Trabalho, pronunciado no dia 27 de janeiro último no Senado Federal. Êsse pronunciamento traduzia o pensamento do govêrno: o Estado não deve pagar sua dívida anterior e nem continuar a dar recursos para a previdência social. Segundo o Ministro do Trabalho, êsse assunto deve ficar entre os empregados e empregadores. E até mesmo com certas limitações para os empregados.

Assim, sem os recursos necessários às obrigações decorrentes de leis e de direito, as instituições de previdência social não podem atender, em primeiro lugar, os segurados, os seus autênticos contribuintes. Basta que se diga que até o fim de abril passado, haviam entrado no Departamento de Benefícios do IAPI 2.758 habilitações de aposentadoria ordinária, de acôrdo com o disposto na lei n.º 3.385, de 13 de maio de 1958, e sòmente 633 conseguiram despacho favorável. Isto para todo o Brasil!

A Lei Orgânica da Previdência Social ainda se encontra em tramitação no Senado Federal. Ela vem, em grande parte, sanar muitas dessas irregularidades. Urge que seja aprovada, para que se acabe com tantas reformas e reforminhos, com tantos projetos e emendas e subemendas.

As instituições de previdência social têm que passar para as mãos honradas dos trabalhadores e sob a vigilância diária de suas organizações sindicais.

Para se conseguir tudo isso, torna-se necessário unificar de uma vez por tôdas os esforços dos trabalhadores. Não pode mais continuar cada um agindo por seu lado. Os bancários lutando para moralizar o IAPB, os ferroviários e os empregados das emprêsas de serviço público para salvar a CAPFESP, os comerciários, industriários, marítimos, os do transporte, às voltas com o IAPC, IAPI, IAPETEC, IAPM, e até os servidores com o IPASE.

Na última reunião do CRC da CNTI ficou decidida a convocação de uma reunião geral de todos para tomar as mais enérgicas medidas a fim de ser aprovada a lei orgânica da previdência social. Este é o primeiro e mais importante passo para se iniciar vida nova nas instituições de seguro social. Nenhum sindicato ou dirigente sindical deve deixar de cooperar com decisão nessa campanha. Assim o exigem os interêsses dos trabalhadores e tantos que vivem com uma mísera e insuficiente pensão. Esta é uma grande e inadiável tarefa do momento.

REIVINDICAÇÕES DE 120 MIL MARÍTIMOS

— Incorporação do abono ao salário
— Extensão de benefícios aos não autárquicos
— Defesa do IAPM e lei orgânica
— Para o Lóide e a Costeira os navios comprados na Polônia e na Finlândia
— Alfabetização em massa

NILSON AZEVEDO

[illegible] Nacional dos Marítimos, de acôrdo com a última decisão do seu Conselho de Representantes, será voltada para os seguintes objetivos: 1) incorporação do abono provisório de 30% ao salário de todos os trabalhadores do mar; extensão do salário família e dos qüinqüênios aos marítimos das emprêsas particulares; cumprimento dos itens do acôrdo firmado em 13 de maio de 1957 no Estado Maior da Armada e outras reivindicações; 2) defesa do IAPM e aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social; 3) incorporação dos 18 navios comprados da Polônia e da Finlândia à frota do Loide e da Costeira; 4) campanha nacional de alfabetização dos marítimos.

120 MIL FILIADOS

À Federação Nacional dos Marítimos estão filiados 14 sindicatos sediados no Distrito Federal e 18 no interior do país. Estas entidades congregam cêrca de 120 mil trabalhadores das emprêsas autárquicas e particulares que exploram a navegação marítima, lacustre e fluvial.

Através de memoráveis lutas conseguiram os marítimos importantes vitórias, tendo se realçado no movimento operário brasileiro como um dos setores mais combativos. A sua unidade e organização vem sendo forjada no dia a dia, através dos embates em defesa de suas reivindicações específicas, das liberdades sindicais e democráticas, da contenção do custo da vida e da emancipação nacional.

NOVA DIRETORIA

Nas últimas eleições para renovação da diretoria da entidade foi eleito para presidente o sr. Thaumaturgo Gayo, que substituiu o líder Mamede Caetano Teixeira. Gayo recebeu a reportagem de NOVOS RUMOS em seu gabinete de trabalho, onde fomos procurá-lo para uma entrevista acêrca das atividades da Federação.

— Já sei que vão explorar a nova campanha de reivindicações em que nos empenhamos — disse-nos inicialmente o presidente da Federação. Por isso quero esclarecer, de saída, que não pretendemos, no momento, nenhum aumento de salários. O nosso objetivo atual é a incorporação do abono de 30% aos vencimentos dos trabalhadores do mar. Esse dinheiro nós já estamos recebendo, mas queremos incorporá-lo ao nosso ordenado, como uma garantia para o futuro, para efeito do recebimento da aposentadoria e de outros benefícios, para os quais o abono, atualmente, não é levado em conta, pois sôbre êle não incide nenhum desconto. A outra questão se relaciona apenas com a extensão aos companheiros das emprêsas particulares (cêrca de 70 mil) das vantagens concedidas aos autárquicos, quais sejam os qüinqüênios e o abono-família. Trata-se, portanto, de uma pretensão perfeitamente razoável, destinada a corrigir a disparidade de vencimentos entre os trabalhadores do mar.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Quanto à previdência social, a nossa posição é definida: Somos contra o pretendido aumento nas contribuições para os IAPs, e favoráveis à aprovação do projeto de Lei Orgânica da Previdência Social que assegura entre outras coisas, a aposentadoria móvel para os trabalhadores. Quanto à Lei Orgânica, como se encontra atualmente no Senado, merece reparos de nossa parte. Todavia, como se trata de uma questão de interêsse geral, estamos dispostos a nos reunir com os representantes de tôdas as categorias profissionais, a fim de acertarmos os pontos-de-vista para o estabelecimento de uma campanha nacional, visando à conquista de uma Lei Orgânica compatível com os interêsses dos trabalhadores brasileiros.

O IAPM

— Particularmente — acrescentou — estamos empenhados na recuperação do IAPM, que se encontra a braços com sérias dificuldades, com uma receita minguada, impossibilitado de atender plenamente as suas funções assistenciais, porque não recebe as cotas do Govêrno e dos particulares que devem à instituição cêrca de um bilhão de cruzeiros. As dívidas [illegible] milhões de cruzeiros, incluindo-se as docas de Recife, o da União somam mais de 500, pôrto de Vitória e a Costeira que devem cêrca de 400 milhões. Entre os particulares, podemos citar o grupo Carreteiro, de Niterói, cuja dívida aproximada é de 50 milhões de cruzeiros. Ao mesmo tempo que pretendemos a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social, continuamos a exigir do Govêrno a adoção de medidas capazes de saldar os seus compromissos para com a nossa instituição. Quanto às emprêsas particulares, a nossa intenção é estudar com a atual direção do IAPM o desenvolvimento de uma campanha, inclusive judiciária, visando ao recebimento das cotas atrasadas.

NAVIOS POLONESES

— A questão da compra dos navios poloneses e finlandeses — prosseguiu o presidente da Federação Nacional dos Marítimos — é outro assunto que teremos de enfrentar com seriedade, uma vez que se encontra em jôgo o engrandecimento da frota nacional de marinha mercante.

O Govêrno brasileiro fêz um bom negócio com a Polônia e a Finlândia, quando [illegible]

Negociados à base do dólar-convênio, (Cr$ 18,60), os navios poloneses vão nos custar cêrca de 40 milhões de cruzeiros cada um. Para que se compreenda como o negócio foi vantajoso, basta citar que pagamos importância igual apenas para alguns serviços de reforma no Mauá, e navio de proporções semelhantes aos que estamos para receber dos referidos países. Agora, depois de acertada a transação, vemos armadores particulares reclamar a parte do leão, exigindo que o Govêrno lhes conceda os referidos navios. Contra essa absurda pretensão nos levantamos todos os marítimos. As embarcações são do Govêrno e devem ser incorporadas às frotas do Loide e da Costeira, que se encontram em tremendas dificuldades financeiras e que têm agora uma excelente oportunidade para se recuperarem, propiciando, inclusive, trabalho a milhares de marítimos. O governador Carvalho Pinto, do Estado de São Paulo, colocando-se ao lado dos armadores, está se empenhando junto às autoridades federais, reclamando para as emprêsas particulares paulistas o direito de se apossarem de alguns dos referidos navios, sob a alegação de que grande parte do café negociado é oriunda do território bandeirante. Ora — prossegue o sr. Thaumaturgo Gayo — o café é do Govêrno Federal, que o pagou a bom preço, por exigência dos próprios produtores. A nova frota adquirida, portanto, é da União, e deve ser incorporada às emprêsas do Patrimônio Nacional, que se encontram em condições precárias, necessitando de reforço.

— Os armadores particulares — prosseguiu o líder marítimo — [illegible] renovação de [illegible] Fundo de Marinha Mercante, para o qual contribuem [illegible] os brasileiros, na base de 15% sôbre os fretes de cabotagem e de 5% sôbre as cargas que se destinam ou procedem do exterior. Êles podem se utilizar do referido Fundo para realizar os seus negócios. O que não concordamos é que se pretenda expoliar o patrimônio da União.

ALFABETIZAÇÃO

Na família marítima, segundo nos informou o presidente da Federação, existem cêrca de 20 mil trabalhadores analfabetos. Um dos objetivos de sua gestão na presidência da Federação é o de varrer êsse fator de [illegible] do seio da classe. Na opinião de Gayo essa campanha, se contar com a colaboração dos armadores e de todos os trabalhadores do mar, será vitoriosa dentro de dois anos.

Thaumaturgo Gayo foi o seu idealizador, por isso mesmo êle não esconde do repórter o seu entusiasmo pela campanha de alfabetização, sôbre a qual declarou:

— Inicialmente faremos uma proclamação a todos os oficiais, conclamando-os a se apresentarem como instrutores. A par disso será distribuído um formulário onde se registrará o nome do instrutor, dos alunos e dos navios em que se encontram. Todo o material de estudo será fornecido pela Federação. Quanto aos que trabalham em terra — acrescentou — serão formadas as mesmas providências, apenas solicitaremos dos armadores, particulares ou autárquicos, a concessão de um pequeno espaço de tempo que será destinado às aulas de alfabetização. O trabalho dos instrutores não será remunerado, mas distribuiremos distintivos de côres variadas, que simbolizarão o grau do esfôrço desenvolvido por êles na alfabetização dos nossos companheiros. Um distintivo de ouro será entregue no fim da campanha, àquele que nela mais se destacar.

O líder Thaumaturgo Gayo, novo presidente da Federação Nacional dos Marítimos, quando falava ao repórter de NOVOS RUMOS.

MONTE ALEGRE (PARANÁ)

Na Cidade Sem Lei Lutam Os Trabalhadores

Fertalecido e com nova diretoria o sindicato dos operários da Klabim

CURITIBA (Do correspondente Milton Ivan) — Encabeçada pelo líder operário Joaquim Batista Ribeiro, foi empossada a nova Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Papel e Papelão de Monte Alegre, fundado em 23 de junho de 1956, contando, atualmente, mais de 3 mil associados.

O Sindicato congrega os trabalhadores das indústrias Klabin do Paraná de Celulose S. A., maiores produtores de papel e celulose da América do Sul. A construção das referidas indústrias, de propriedade do sr. Horácio Lafer, teve início em 1942, numa área de cêrca de 30 mil hectares, situada em pleno sertão paranaense, e se caracterizou pelos variados formas de exploração a que eram submetidos milhares de trabalhadores.

CIDADE SEM LEI

Em tôrno das indústrias Klabin foi se desenvolvendo uma nova cidade que conta hoje com mais de 35 mil habitantes. Mas nessa cidade quem manda é a administração da Klabin. Ali tudo se faz conforme determinam os industriais. As autoridades municipais, os juízes, os partidos políticos e até os deputados, agem todos em função dos interêsses da poderosa emprêsa.

O deputado [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] acumula as funções de Chefe de Pessoal das Indústrias Klabin, agente do IAPETC e presidente do diretório do PSD. O Promotor Público, parente do subdelegado, é também um homem da emprêsa. Juiz de Direito que não reze pela cartilha dos chefes da indústria é logo removido. O dr. Euclides Marcola, presidente do diretório do PTB, é também diretor do Hospital Horácio Klabin, e jamais levantou sua voz contra as arbitrariedades cometidas contra os trabalhadores. Monte Alegre é uma cidade sem lei, onde quem manda é a poderosa Klabin.

AS LUTAS OPERÁRIAS

Os industriais conseguiram, por meios diversos, colocar a seu lado as mais importantes autoridades locais, mas não puderam impedir que os trabalhadores se organizassem para a luta que vai, pouco a pouco, rompendo a barreira feudal, e conquistando os direitos já alcançados pelos trabalhadores brasileiros e suas famílias. O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Papel e Papelão de Monte Alegre é o instrumento de luta com que conta a grande massa de assalariados da Klabin. Após dois anos de vacilações da antiga Diretoria, a entidade, com novos dirigentes, volta a liderar os operários na luta por melhores condições de vida e trabalho e, particularmente, pela observância aos direitos assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho, que os industriais e empreiteiros teimam em desconhecer.

A capacidade de organização e de luta dos trabalhadores de Monte Alegre já foi plenamente demonstrada na grande greve pela conquista do abôno de Natal, que durante 24 horas paralisou todo o serviço da poderosa emprêsa. Contando com as experiências do passado, os operários dessa nova cidade, plantada em pleno sertão paranaense, caminham resolutos com o seu sindicato, visando a garantia dos seus direitos, e a conquista de um nível de vida condigno com a atividade produtiva que desenvolvem.

[illegible]

DEFENDE TEU DIREITO

C. CALHEIROS BONFIM

Correspondência para: NOVOS RUMOS ou Rua São José, 50

Pode o Instituto dar alta ao empregado, depois de tê-lo mantido, por mais de cinco anos, em regime de aposentadoria? Em caso afirmativo, tem o empregado direito de voltar ao emprêgo, de onde saíra para tratamento de saúde?

Não nos surpreende o termos recebido várias perguntas dessa natureza, vindas de diversas procedências, porque é sabido que a solução, ou melhor, a falta de solução para o assunto em foco constitui uma das maiores, senão a maior, fonte de descontentamento dos trabalhadores em relação à Previdência Social. E' que o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, fundado na Lei 8 769, de 21 de janeiro de 1946, que não limitou o prazo para revisão das aposentadorias, dá o empregado como apto para o trabalho a qualquer tempo, uma vez que venha a constatar ter êle recuperado a capacidade. Mas acontece que, se o empregado estêve afastado por mais de cinco anos, para tratamento de saúde, o empregador se recusa a readmiti-lo, porque considera extinto seu contrato de trabalho com o decurso daquele lapso de tempo.

Fica, pois, o trabalhador sem o benefício previdenciário e sem o emprêgo, e precisamente na fase mais difícil, em que mais necessita de amparo, na qual, egresso de um longo período de inatividade, volta à vida útil, com a readaptação ao trabalho.

Que fazer, então? Reclamar a sua reintegração no emprêgo, ou indenização, na Justiça do Trabalho? [illegible] que os tribunais [illegible] [illegible] [illegible] dois anos, concluem, quase sempre, julgando que, se o empregado já estava aposentado por mais de cinco anos, o contrato se rescindiu automàticamente, vale dizer, nenhuma obrigação terá o empregador mais para com êle.

Ora, se, como entende a Justiça do Trabalho, a aposentadoria, decorridos cinco anos, se torna definitiva, não mais podendo ser revista, como se explica a alta imposta ao empregado? Se o ato do Instituto é ilegal, o remédio seria anular o ato na Justiça comum. Mas como fazê-lo, se [illegible] demanda recursos financeiros e [illegible] de longos anos? E' provável que o empregado, já angustiado e [illegible], sucumba antes de obter a solução buscada.

Tal o drama de milhares de trabalhadores, que tiveram [illegible] suas aposentadorias canceladas [illegible] de cinco anos de afastamento [illegible] viço, e que amargam [illegible] quando a Justiça trabalhista [illegible] o argumento [illegible] [illegible] a ilegalidade [illegible] [illegible] afirma o contrário. [illegible] e a iniqüidade [illegible] vem os próprios advogados [illegible] sentem impotentes para [illegible] solução para o assunto.

Por que parlamentares [illegible] ocupam com [illegible] muitas vêzes [illegible] [illegible]

PARA LUCAS LOPES RESPONDER

Instruções Da SUMOC:

QUE INTERÊSSES DEFENDEM? QUE TÊM A VER COM O FMI? EM QUE LEIS SE BASEIAM?

Importante requerimento de informações apresentado na Câmara pelo deputado Fernando Santana — A reforma cambial está sendo realizada sem audiência e por cima do Congresso

Para que o ministro Lucas Lopes explique o sentido das Instruções da SUMOC, que vêm realizando, de fato, a reforma cambial, sem audiência e por cima do Congresso, o deputado Fernando Santana (PTB-Bahia) apresentou na Câmara um importante requerimento de informações, que a seguir reproduzimos juntamente com as razões expostas pelo mencionado parlamentar para justificar sua iniciativa.

«Senhor Presidente:

Requeiro a V. Excia., na forma regimental que o Exmo. Sr. Ministro da Fazenda informe sôbre o seguinte.

a) em que interêsses nacionais se baseia a reforma cambial posta em prática parcialmente através das Instruções ns. 157, 158, 166, 167, 174, 175, 180 e 181 da SUMOC; b) que relação há entre as modificações introduzidas no sistema cambial brasileiro pelas referidas instruções da SUMOC e as atuais negociações das autoridades financeiras do Brasil com as autoridades do Fundo Monetário Internacional para a obtenção de empréstimos externos; c) em que Legislação se baseia a SUMOC para baixar Instruções equivalentes a Leis, modificando em profundidade o sistema cambial, com repercussão em tôda a economia do nosso país, sem prévio exame e deliberação do Poder Legislativo.

Justificativa

1) Através de sucessivas Instruções, vem a SUMOC introduzindo importantes modificações no sistema cambial que a lei n.º 1.807 de 7-1-1953 estabeleceu, conferindo à SUMOC atribuições exclusivamente regulamentadoras. As modificações, que as Instruções da SUMOC vêm acumulando, processam-se num único e mesmo sentido, devendo levar, em derradeira instância, à supressão do sistema cambial instituído pela citada Lei e confirmado pela Lei n.º 3.244 de 14-VIII-1957.

As instruções

2) Isto fica evidente do exame das Instruções da SUMOC pertinentes a êste problema, não isoladamente, mas na sua conexão e sucessão. A Instrução n.º 157, de junho de 1958, elevou as bonificações das 3.ª e 4.ª categorias de exportação. A Instrução n.º 167, de outubro de 1958 retirou uma numerosa série de produtos da 4.ª categoria de exportação e autorizou a negociação das divisas deles resultantes no mercado de taxas livres a que alude o art. 2.º da Lei n.º 1.807 de 7-1-1953. A Instrução n.º 174, de janeiro de 1959, reduziu as categorias de exportação de quatro para três, elevando simultâneamente tôdas as bonificações. A Instrução n.º 180, de abril de 1959, incluiu mais dois produtos, ambos de ponderável importância no comércio exterior (o açúcar e o algodão), entre os produtos que terão negociadas as divisas resultantes de sua exportação no mercado de taxas livres. A Instrução n.º 181, de abril de 1959, determinou a liquidação de parte dos fretes e seguros marítimos no mercado de taxas livres, retirando-os dos leilões oficiais de câmbio. Simultâneamente, as Instruções ns. 158, 166 e 175, respectivamente de junho de 1958, de outubro de 1958 e de janeiro do ano corrente, elevaram o câmbio de custo de Cr$ 51,80 para 100,00 aumentando imediatamente o custo de importação do petróleo e derivados, trigo, máquinas agrícolas, fertilizantes e inseticidas, papel de imprensa, revistas e livros técnicos, equipamentos para emprêsas básicas, a exemplo da Petrobrás, as quais, além disto, tiveram onerado o pagamento dos seus compromissos financeiros no exterior. É notório que estas alterações cambiais influíram decisivamente na rápida elevação do custo de vida no país a partir do 2.º semestre do ano passado, agravando as aflições da população trabalhadora».

Posição ilegal da SUMOC

3) As Leis n.º 1.807 de 7-1-1953 e n.º 3.244 de 14-VIII-1957 determinaram o funcionamento de um sistema cambial de taxas múltiplas, que permite a aplicação de critérios seletivos na utilização da receita de divisas em benefício das atividades essenciais ao desenvolvimento da economia nacional. Em sentido oposto às decisões do Congresso e, portanto, de maneira inconstitucional, as Instruções da SUMOC acima referidas abrem caminho à supressão do sistema cambial de taxas múltiplas e à instituição de um mercado único de taxas livres.

Fato de indiscutível gravidade é que a orientação posta em prática pela SUMOC esteja vinculada a exigências do Fundo Monetário Internacional para a concessão de novos empréstimos ao govêrno brasileiro. Trata-se de questão que afeta a soberania nacional, pois nela está implícita a ingerência nos negócios internos do nosso país por entidade extranacional. Muito à propósito, citamos a seguir um trecho de recente carta endereçada pelo presidente do Partido Trabalhista Brasileiro e Exmo. vice-presidente da República, Dr. João Goulart, ao Exmo. senador Benedito Valadares: «Ao mesmo tempo, tornou-se evidente que a economia brasileira, depois de um período em que se esforçou para adquirir e consolidar sua independência econômica, vem caindo progressivamente na dependência dos interêsses internacionais, que ora se manifestam diretamente através da pressão de grupos econômicos e companhias estrangeiras, ora se apresentam através de instituições sob sua influência e contrôle como o Fundo Monetário Internacional e as Agências de Crédito». É óbvio que questão de tanta gravidade carece de ser esclarecida diante do Parlamento pelo Exmo. sr. ministro da Fazenda, com a desejável brevidade.

Golpe na política de desenvolvimento

4) A unificação de tôdas as operações cambiais num mercado de taxas livres — objetivo final das reformas parciais da SUMOC — tornaria o mercado de câmbio um simples mecanismo automático de compra e venda de divisas, destruindo os instrumentos financeiros de seleção econômica e estímulo empresarial que, no sistema financeiro vigente, impulsionam o desenvolvimento dos setores básicos da economia nacional. A instituição de um mercado único de taxas livres seria benéfica sòmente ao capital estrangeiro, que encontraria condições ainda mais favoráveis do que as atuais para efetuar a remessa dos seus rendimentos, agravando o já pesado deficit do nosso balanço de pagamentos. A manutenção dos instrumentos financeiros, consubstanciados na poupança compulsória dos ágios e nas taxas cambiais seletivas e prioritárias para a importação, é tanto mais necessária na situação atual, uma vez que tende a decrescer a receita nacional de divisas e aumentam as dificuldades de financiamento à produção industrial e agrícola.

Dep. Fernando Santana

As Instruções da SUMOC acima referidas denotam, segundo pensamos, uma orientação nociva ao desenvolvimento independente e progressista da economia nacional. Representam, além disto, interferência inconstitucional de um órgão governamental intermediário na esfera de atribuições do Poder Legislativo, a cujos atos se superpõe.

5) Em vista do acima exposto, requeremos, nos têrmos do regimento, solicite a Mesa ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda as informações relacionadas com a reforma cambial já parcialmente posta em prática, sem audiência do Congresso, por Instruções da SUMOC».

TERRA PARA OS TRABALHADORES DAS USINAS

NESTOR VERA

A lavoura da cana-de-açúcar é uma das que mais se desenvolveram nos últimos anos. De uma produção de 35 milhões e meio de sacas de sessenta quilos na safra de 1954-1955, passamos em 1958-1959 para mais de 52 milhões de sacas. A cultura da cana e sua industrialização ocupam nada menos de um milhão de pessoas. São Paulo ocupa mais de 400 mil pessoas nas lavouras de cana, e Pernambuco mais de 100 mil famílias.

Uma das características da produção de açúcar no Brasil são, de um lado, os fabulosos lucros que os usineiros obtêm com o elevado preço do produto e, do outro lado, os baixos salários que recebem os trabalhadores da cana e a miséria extrema que reina entre êles. O sr. Luiz Gonzaga Xavier de Andrada, presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco, numa reunião da COFAP no mês de janeiro último, à qual compareceram trinta usineiros para tratar do aumento do preço do açúcar, disse que em Pernambuco mais de 100 mil famílias de trabalhadores da lavoura canavieira vivem na miséria. E confessou que os patrões não estão pagando o salário-mínimo aos trabalhadores rurais.

Se os baixos salários dos trabalhadores da cana são um fator de sua situação miserável, outro fator que vem agravar essa situação é a falta de cereais nas regiões canavieiras. Uma característica dessas zonas é que nelas sòmente se planta cana, por ser o que dá lucro aos usineiros. Desaparece por completo a produção de arroz, feijão, milho, batatas, etc. Os alimentos para a população dessas regiões têm que vir de centros produtores longínquos, o que contribui para torná-los muito mais caros, devido ao elevado custo dos transportes. Esta situação prejudica não só aos trabalhadores da cana como a tôda a população local.

Isto acontece porque os usineiros não respeitam as leis do país e os trabalhadores talvez não as conheçam ou, se as conhecem, não souberam ainda exigir o cumprimento das mesmas. O decreto-lei n. 6.969 de 19 de outubro de 1944, assinado por Getúlio Vargas, estabelece que os usineiros e os proprietários de plantações de cana são obrigados a dar um pedaço de terra a cada trabalhador, gratuitamente, para o plantio de cereais e outros alimentos.

O artigo 23 do citado decreto-lei diz o seguinte: «O trabalhador rural com mais de um ano de serviço terá direito a concessão, a título gratuito, de uma área de terra próxima à sua moradia, suficiente para plantação e criação necessárias à subsistência de sua família». E o parágrafo único estabelece: «O contrato-tipo ou as instruções do IAA indicarão as dimensões mínimas das áreas a que alude êste artigo, bem como a distância máxima a que deverão ficar da moradia do trabalhador».

De acôrdo com esta lei, os trabalhadores da lavoura da cana devem exigir dos usineiros o pedaço de terra a que têm direito. E a produção dêsse lote de terra pertence exclusivamente ao trabalhador.

Há no Brasil 365 usinas de açúcar completas, com turbinas e vácuo, tôdas elas proprietárias de terras, muitas com áreas de 5.000 a 12.000 hectares. Além disso, há cêrca de 300 usinas só com turbina e grande número de engenhos de açúcar batido e rapadura, que também possuem terras.

Terras há, e de sobra. Se os usineiros não as dão a seus trabalhadores, de acôrdo com a lei, é para obrigá-los a produzirem sòmente cana, porque esta lhes proporciona grandes lucros. Mas os trabalhadores devem exigir seu pedaço de terra e empregar uma parte do seu tempo em plantar arroz, feijão, etc. Isto sem admitir — é claro — que seja diminuído o salário em dinheiro, pois as usinas são obrigadas a pagar o salário-mínimo a todos os seus trabalhadores: da indústria e da lavoura.

REFORMA CAMBIAL COM DATA MARCADA

Os senhores Lucas Lopes e Garrido Tôrres já têm pronta a instrução da SUMOC com a qual pretendem instituir a reforma cambial completa. Pretendem lançá-la a 1.º de julho próximo, porque até 30 de junho, de acôrdo com o art. 45 da Lei n. 3.244 de 14-VIII-1957, a indústria automobilística ainda tem o direito de importar peças complementares ao câmbio de custo. Uma vêz cessado, por lei, êste privilégio, entendem os srs. Lucas Lopes e Garrido Tôrres que não há mais motivos para adiar a aplicação da exigência do Fundo Monetário Internacional no sentido da unificação de tôdas as operações cambiais no mercado de taxas livres.

O sr. Lucas Lopes recebeu perturbado e irritado a notícia de que o govêrno do Rio Grande do Sul havia determinado a encampação da filial local da Bond and Share. É que isto pode complicar e retardar as negociações com o FMI. Daí também a pressa do ministro em passar das reforminhas parciais para a reforma cambial total.

Será impedido neste passo se o movimento nacionalista tiver vigilância e energia para barrar o caminho à equipe entreguista do Ministério da Fazenda — BNDE, SUMOC. Ou melhor: se o presidente da República afinal se decidir a desfazer-se dos srs. Lopes, Campos e Tôrres.

---

3 CARTAS DO DALAI LAMA AO GOVÊRNO DE PEQUIM

(Conclusão da 2.ª pagina)

a situação. Testemunhas oculares do que estava acontecendo dentro do palácio na ocasião, disseram que êle parecia uma praça armada, guardada pelos mais impiedosos elementos reacionários.

Até o último dia, o General Tan respondeu ao Dalai Lama dizendo que o Govêrno Central Popular «ainda espera que o govêrno local do Tibete modifique sua posição errônea e assuma imediatamente a responsabilidade de sufocar a rebelião».

Mas os reacionários, pelo contrário, a 19 de março ordenaram um ataque total contra as unidades do Exército Popular de Libertação, sediadas em Lhasa. Tôdas as esperanças de solução pacíficas eram, por conseguinte, inúteis. As autoridades centrais não tiveram outro recurso, senão o de esmagar a rebelião. A 20 de março, algumas horas depois de os rebeldes terem desencadeado o seu ataque, as unidades do Exército Popular de Libertação em Lhasa foram autorizadas a sufocar a rebelião, o que fizeram com surpreendente facilidade, em apenas cêrca de dois dias de luta. Foi capturada uma grande quantidade de armas e munições, muitas delas de origem estrangeira e fornecidas por Chiang Kai-chek, e 4.000 rebeldes foram feitos prisioneiros.

QUAIS TIBETANOS?

Calcula-se que de 1.200.000 pessoas da população, somente 20.000 foram ludibriadas ou coagidas a apoiar ou participar da rebelião. A sua impopularidade junto ao povo, manifestou-se através das inúmeras deserções e rendições em massa, e as acusações feitas, nos posteriores comícios populares. Como disse o Primeiro Ministro, Chou En-lai, «Há agora algumas pessoas no exterior que estão exprimindo a sua simpatia em relação aos tibetanos. Mas elas não esclarecem com que espécie de tibetanos simpatizam — se com o povo trabalhador e progressista que solicita e apóia as reformas e com os [illegible] que podem ser ganhos para êsse lado, que perfazem um total aproximado de 1.100.000 pessoas, ou se com o punhado de reacionários».

A rebelião para perpetuar o sombrio sistema no Tibete, feita por um grupelho de senhores feudais possuidores de servos, provou, na realidade, ter sido a sua própria ruína. Êsses indivíduos da elite, condenados por si próprios, se retiraram do palco da história, e, assim fazendo, removeram o maior obstáculo ao progresso do Tibete.

Em Pequim, Ngapo Ngawang-Jigme, vice-presidente do Comitê Preparatório e que acompanhou o Panchen Lama ao Congresso Nacional Popular, confirmou êsse fato, ao observar que a rebelião «não havia quebrado a unidade nacional [illegible] sim que serviria para [illegible] o renascimento do Tibete, [illegible] prosperidade e progresso».

Em seu relatório ao Congresso Popular, o «Premier» Chou En-lai declarou que, com a derrota da rebelião, o povo tibetano está agora em condições de se desembaraçar dos grilhões da [illegible] e concretizar o desejo de autonomia democrática e progresso social.

Tôdas as reformas a serem efetuadas, acrescentou o Primeiro Ministro, seriam [illegible] de [illegible] e as crenças religiosas e os costumes do povo tibetano serão totalmente respeitados e as altas expressões culturais do Tibete serão preservadas e desenvolvidas».

NOTA ECONÔMICA

REFORMA AGRÁRIA EM FOCO

Uma das características desta sessão legislativa do novo Congresso é o debate assíduo em tôrno da reforma agrária. Realmente, nunca se discutiu tanto sôbre a questão, o que não acontece não só no Parlamento, como também na imprensa e nos [illegible] todos os partidos.

Isto, não resta dúvida, denota progresso da consciência política do povo brasileiro, o que não pode deixar de estar ligado ao processo de amadurecimento do problema no plano objetivo, pròpriamente econômico.

Uma particularidade, que é importante assinalar, consiste na compreensão do conceito do que seja reforma agrária. Perdeu generalidade a opinião de que reforma agrária deve consistir apenas em medidas para melhorar a assistência técnica, o crédito, os transportes ou a educação das populações rurais. Nessa posição se encontram ainda os adeptos declarados do regime latifundiário vigente ou teóricos ultra-reacionários, como o sr. Eugênio Gudin. Ninguém nega a necessidade de medidas como as citadas, mas o que hoje se generaliza é a compreensão de que a reforma agrária não consiste pròpriamente naquelas medidas, senão em algo muito mais sério e profundo, ou seja, na transformação do regime de propriedade territorial. Excetuando os comunistas, um dos primeiros a colocar as coisas nestes têrmos foi o prof. Nestor Duarte. Na justificativa do seu projeto de abril de 1947, que não é pròpriamente um projeto de reforma agrária, mas do seu início, do seu encaminhamento, dizia Nestor Duarte, com uma ênfase excepcional: «Fazer reforma agrária há de ser alterar ou restringir a propriedade agrícola existente, [illegible] pretender objetivo radical, que é a sua socialização completa. Não se faz reforma agrária dentro das atuais condições da propriedade da terra, se não contra essa propriedade para aboli-la ou restringi-la».

Passado tanto tempo depois que Luiz Carlos Prestes defendeu a reforma agrária na Constituinte de 1946, o tema volta a repercutir no mesmo recinto, já agora pela palavra do sr. San Tiago Dantas, falando recentemente na Câmara, em nome do PTB. Afirmou, então, o deputado mineiro, colocando a questão no seu terreno acertado: «Quem diz reforma agrária diz reforma econômica, ao mesmo tempo que jurídica. Mas se tentarmos reduzir a reforma agrária a um plano de melhor assistência ao campo, de distribuição de crédito e de melhoramentos tecnológicos, não estaremos enfrentando o problema na totalidade dos seus aspectos, e sim omitindo um aspecto básico, o da modificação da estrutura da propriedade rural, de modo a ensejar a criação de uma classe nova de proprietários rurais, ligados à terra não apenas pelo título de domínio, mas pela exploração efetiva e pela procura da rentabilidade».

A questão, efetivamente, não pode ser colocada em outros têrmos senão nestes, de transformação do regime de propriedade, visando liquidar, em última instância, o monopólio da terra e permitir o acesso de milhões de camponeses sem terra ou com pouca terra a imensas áreas férteis, mas incultas. Isto não é possível sem entrar pelo caminho da desapropriação daqueles latifúndios que, total ou parcialmente, não são cultivados ou o são com os mais baixos índices de produtividade, em virtude das relações agrárias semi-feudais que neles predominam.

Da [illegible] do problema [illegible] inferir a partir [illegible] ... [illegible] Chile.

[illegible] camponeses.

NOTA DA REDAÇÃO — Pela sua oportunidade, quando visita o nosso país o Presidente da Indonésia, Sukarno, reproduzimos a seguir os principais trechos de um importante trabalho do Secretário geral do Comitê Central do Partido Comunista da Indonésia, Aidit.

A DEMOCRACIA ANTILIBERAL DE SUKARNO

Como assinalamos em vários documentos do Partido, a mais importante tarefa dos comunistas e do povo indonésio, no presente, é resolver duas contradições básicas: a contradição entre a nação indonésia e o imperialismo, e a contradição entre os camponeses e os latifundiários. A principal contradição, no momento, e a primeira, a contradição entre a nação indonesia e o imperialismo.

Por muitas e complicadas que sejam as contradições — as contradições flagrantes e as que ainda estão encobertas — são em essência o reflexo das contradições entre o povo indonésio e o imperialismo. Desde que o imperialismo é o principal inimigo do povo indonésio, estas contradições terão que ser solucionadas por meio de uma luta árdua e cruel. A fim de empreedê-la, todo o povo indonesio precisa estar unido em um bloco antiimperialista, unidade especialmente dirigidas contra as atividades imperialistas concretas, uma vez que a essência das contradições supra-mencionadas é serem contradições entre o povo e os inimigos do povo, e não no seio do próprio povo.

A contradição entre o povo e os imperialistas, isto é, o principal inimigo do povo, precisa ser resolvida pela fôrça e, se necessário, pela fôrça das armas. O recurso das armas já foi empregado pelo povo indonésio contra o GRRI. Permesta, (1), e contra o Darul-Islã — T.I.I. E' justo, porque se não fôsse assim estas contradicões nunca seriam eliminadas.

Há em nossa sociedade não apenas contradições no seio do próprio povo, como por exemplo, entre os trabalhadores e os capitalistas nacionais, entre os camponeses e os latifundiários anti-GRRI-Permesta e os latifundiários anti-DI-T.I.I., entre as fôrças progressistas e as conciliadoras entre o Partido Comunista e os outros partidos anti-imperialistas, entre os trabalhadores e as autoridades civis e militares, entre os trabalhadores e o Govêrno, e outras contradições. Estas contradições não são básicas, mas contradições no seio do povo, que precisa estar unido para lutar contra o inimigo principal, o imperialismo, é por isso elas não terão que ser solucionadas pela fôrça, mas por meios pacíficos, mediante negociações mutuamente persuasivas, benéficas e democráticas. Estas contradições existem dentro e fora do Parlamento. As contradições no seio do povo precisam ser eliminadas ràpidamente para, dêsse modo, não prejudicarem os intêsses do povo e não beneficiarem os inimigos do povo.

E' dever dos comunistas distinguir entre as contradições básicas e as que não são. Os imperialistas e os chovinistas através de seus jornais, da intriga da calúnia e outros incitamentos, tentam misturar estas duas espécies de contradições para confundir o povo, para lançá-lo em conflito consigo próprio, bem como para fazer uma parte do povo considerar o seu inimigo como aliado. Êles esperam por êsse meio romper a frente contra o imperialismo e revigorar a frente adversa ao povo, a frente imperialista.

Num esfôrço para fortalecer a frente imperialista, êles tentam atrair certas camadas do povo para o seu lado. Êles as intimidam com o "fantasma do comunismo" para fazer algumas pesoas, em particular os líderes das fôrças intermediarias, considerarem os comunistas e os esquerdistas em geral como seus inimigos. Paralelamente, taxam de "comunistas" a todos os nacionalistas tais como, por exemplo, o Presidente Sukarno, que recusou dobrar-se aos seus desejos, na esperança também de que êles sejam olhados como "fantasmas". Êles indispõem os nacionalistas com o grupo religioso patriótico, e êste com os comunistas. Também indispõem os trabalhadores contra as fôrças armadas. Sim, tentam até mesmo indispor o Presidente Sukarno com as fôrças armadas e outras fôrças patrioticas. Criam uma atmosfera de suspeitas entre o povo para que parte dele — assim o esperam — esqueça suas suspeitas contra o imperialismo e os reacionários internos.

Outra importante questão interna é a crise da liberal-democracia.

E' claro que, reagindo contra o primitivo colonialismo holandês e o militarismo japonês, o povo indonésio reivindicou a democracia, entendendo por fim a liberal-democracia. Isto ficou patente entre outras coisas na reivindicação de "uma Indonésia com um Parlamento", durante o tempo do govêrno holandês das Índias Orientais, pouco antes da segunda guerra mundial. E' também claro que, depois da proclamação da República da Indonésia, uma tentativa foi feita para levar esta democracia à prática. Para nós, comunistas, não havia dúvida de que a democracia, mesmo a liberal-democracia, era melhor que o colonialismo ou o fascismo. Foi por esta razão que nós apoiamos resolutamente a reivindicação "uma Indonésia com um Parlamento" antes da guerra, e que hoje nós verdadeiramente trabalhamos tão bem como podemos dentro do Parlamento e nas assembléias legislativas locais.

Mas, logo no início fomos de opinião que a liberal democracia não é um sistema capaz de solucionar os problemas básicos do povo indonésio em nenhuma das esferas: política, econômica ou cultural. Do ponto de vista mundial e histórico, a liberal-democracia já está superada. O povo indonésio teve agora a experiência direta de que também do ponto de vista indonesio a liberal-democracia não é capaz de resolver os problemas e as reivindicações básicas. Ficou provado que êste sistema é incapaz de atender às urgentes reivindicações do povo indonésio tais como a completa união das fôrças nacionais, a expulsão do domínio econômico estrangeiro, a construção de uma economia própria e o desenvolvimento da cultura nacional.

Mas isto de nenhum modo refuta o fato de que democracia-burguêsa, democracia-parlamentar, ou liberal-democracia é melhor do que o fascismo, melhor do que a ditadura militar ou a ditadura de um só homem. Tais ditaduras são mais retrógradas e já foram em princípio condenadas pela Revolução Francêsa em 1789. Estas ditaduras são em essência o mesmo que o sistema político das épocas feudal e escravista, nas quais o povo não tinha absolutamente garantia dos direitos elementares ou democráticos, nem mesmo na lei. A burguesia, incapaz de disfarçar sua ditadura com a liberal-democracia, estão apelando há muito tempo para o sistema de poder pessoal ou o poder de um pequeno grupo, tais como Hitler na Alemanha, Mussolini na Itália, e outros antes da segunda guerra mundial. O mundo inteiro assistiu à destruição dêste superado sistema coberto com novo matis. E agora vemos tais coisas, ou muito semelhantes, acontecendo na França com De Gaulle, no Paquistão com Ayub Khan e na Tailândia com Sarit Thanarat. Para defender seus interêsses, a parte mais reacionária da burguesia tenta fazer recuar a história.

Em tal situação, cheia de indecisões, é verdadeiramente grande a significação da idéia do Presidente Sukarno da Democracia Dirigida, cuja essência é o anti-liberalismo, e a anti-ditadura-militar ou anti ditadura pessoal. Fundamentalmente, é democracia, se bem que não a Nova Domocracia, mas uma democracia antiliberal. O Presidente Sukarno chama a isso "Democracia Indonésia" a democracia dirigida, conquista da luta popular, deve garantir ampla democracia para o povo e ser capaz de restringir os direitos políticos dos inimigos do povo. Posta em prática — de acôrdo com as declarações do Presidente Sukarno — a democracia dirigida estará apta a resolver os urgentes problemas do povo indonésio, o problema de unidade nacional e o problema da construção econômica e uma certa elevação do nível de vida do povo. E' por isto que o Partido apóia a idéia do Presidente Sukarno de democracia dirigida, plenamente consciente do seu significado e luta com grande determinação para torná-la realidade.

Certas condições têm que ser garantidas a fim de que a idéia da democracia dirigida imponha sua fôrça e não suscite dúvidas entre o povo. Estas condições são:

Primeiro — A Democracia dirigida deve visar a garantia de uma vida política democrática e sadia para o povo indonesio, unindo-o tão estreitamente quanto possível. Em outras palavras, a política da democracia dirigida deve significar 100% a realização da Concepção do Presidente Sukarno, especialmente no que diz respeito à formação do Gabinete Gotong Rayong, (2) baseado na representação proporcional como a mais alcançada expressão da unidade de tôdas as fôrças antiimperialistas do nosso país. Na esfera dos negócios econômicos, democracia dirigida deve significar dar preferência ao setor estatal na economia, como condição essencial para o contrôle do capital unidade de todas as fôrças

Segundo — O papel dirigente na realização da idéia de democracia dirigida deve ser desempenhado pelo Presidente Sukarno, como o homem que deu expressão a essa idéia e à "Concepção do Presidente Sukarno", e como o democrata cujo valor foi comprovado, ao recusar ser designado ditador pelos militaristas nos acontecimentos de 17 de Outubro de 1952. Como consequência desta posição ao Presidente Sukarno devem ser dadas prerrogativas de preencher alguns lugares do Parlamento com patriotas que tenham a confiança do povo, em concordância com os métodos democráticos e baseado na lei.

A democracia dirigida e a Concepção do Presidente Sukarno são instrumento que o povo indonesio tem em suas mãos para reforçar sua unidade em oposição ao imperialismo. Para fortalecer a unidade nacional, o povo precisa assegurar-se amplos direitos democráticos, e restringi-los para os inimigos do povo. Se isto fôr feito, um significativo salto para a frente terá sido dado pelo povo indonesio em seu esfôrço de resolver completamente suas contradições com o imperialismo.

Neste momento é oportuno para o Partido explicar mais uma vez sua atitude ante o Gabinete Djuanda, mas apenas provo- há razão para modificar a atitude de apoio do Partido. O apoio do P.C.I. ao Gabinete Djuanda é um apoio verdadeiro e crítico, isto é *apoio irrestrito à sua política progressista, crítica à sua política vacilante, a fim de transformá-la em progressista, e oposição à política que seja em detrimento do povo*. A política de apoio ao Gabinete Djuanda não está de modo algum em conflito com a exigência do P. C. I. para estabelecimento do Gabinete Gotong Royong, porque êste poderia constituir-se sem significar uma crise para o gabinete de Djuanda, mas apenas provocar uma recomposição e o acréscimo de alguns ministros ao presente Gabinete.

(1) — G.R.R.I. — Permesta — GRRI — Iniciais do movimento rebelde contra-revolucionário da Sumatra — Ocidental-Govêrno Revolucionário da República da Indonésia, proclamado pelos rebeldes em fevereiro de 1958; — "Permesta" — nome tomado pelo movimento rebelde nas ilhas Célebes. —

(2) — Uma das propostas básicas da Concepção do Presidente Sukarno, sugere a formação de um gabinete que inclua os partidos na proporção dos votos obtidos nas eleições.

AIDIT — (Secretário-Geral do P. C. da Indonésia)

CONTINUA A DEBILITAR-SE O GOVÊRNO DE FRONDIZI

Torna-se cada dia mais difícil a posição do govêrno de Frondizi. Ante as crescentes lutas populares que suas medidas repressivas não conseguem deter, que o próprio estado de sítio sob o qual tem vivido não pode obstar, o govêrno argentino entra em desagregação.

Na semana passada demitiram-se o Ministro do Exterior Carlos Florit, os Ministros das Finanças, dos Transportes, do Comércio, o Secretário da Agricultura, além de Rogério Frigerio, assessor econômico de Frondizi. São os demissionários homens de diferentes correntes políticas desde as vizinhanças do peronismo até o partido de Frondizi, o Radical Intransigente.

E não só êste grandes abandonam Frondizi. Demitiu-se também o presidente da Yacimientos Carboníferos Fiscales, sr. Uranga, acusado de ter assinado contratos ilícitos com emprêsas estrangeiros e, por isso, alvo de violentos ataques.

Mas esta crise na cúpula do situacionismo argentino é um reflexo de crise muito mais grave e profunda: as próprias bases do regime implantado por Frondizi depois que traiu o programa de 23 de fevereiro e passou a levar à prática os objetivos antipopulares e antinacionais da oligarquia agropecuária, ligada ao imperialismo ianque.

É uma crise suscitada pela contradição insolúvel entre os interêsses do povo argentino, sobretudo dos trabalhadores, e os de uma minoria insignificante de grandes latifundiários e homens de negocios, dos quais Frondizi se tornou o testa-de-ferro.

Não, porém, sem os protestos dos trabalhadores argentinos.

A 15 de maio as atividades industriais ficaram paralisadas em tôda a Argentina por 24 horas. Um despacho da Associated Press informava que tanto em Buenos Aires como nas cidades do interior a ordem de greve emitida pelos Sindicatos operários de diferentes tendências políticas em ação conjunta, foi atendida "quase 100%".

Quer dizer: a unanimidade dos trabalhadores expressou através da greve sua oposição de combate à política de "austeridade" do presidente Frondizi à política que levou à capitulação de Frondizi aos monopólios petrolíferos norte-americanos.

OPOSIÇÃO CRESCENTE

As demissões que obrigaram Frondizi a uma renovação quase total de seu govêrno num sentido direitista mostram que o estado de espírito dominante entre os trabalhadores e o povo argentino exerce influência nas altas esferas. É também um sinal que o barco presidencial argentino está revelando fendas que podem fazê-lo soçobrar.

Frondizi isola-se cada vez mais das fôrças políticas que o levaram ao Poder. Perdeu o apoio do Partido Comunista, das massas trabalhadoras peronistas, de setores católicos [illegible] o Ministro do Exterior era um dos seus [illegible]. Quer dizer, Frondizi conta agora unicamente com o apoio [illegible] do Exército, de [illegible] como o "Dragão Verde" e outras mais ou menos inexpressivas como porta-vozes do povo.

Faleceu Gusmán Rodríguez

Rodolfo Guzmán Rodriguez, Secretário Geral do Partido Comunista de Costa Rica, faleceu em San José a 27 de abril último, após prolongada enfermidade.

Guzmán Rodriguez militava há 29 anos no Partido da classe operária costarriquense. Sua abnegação e espírito de sacrifício na luta proletaria granjearam-lhe o respeito e a admiração do povo. Operario sapateiro, dedicou tôda sua vida à luta por conseguir melhores condições de vida para os trabalhadores. Fundou a Confederação de Trabalhadores de Costa Rica, sendo seu Secretário Geral durante alguns anos. Em 1948 foi expulso do país por Figueres, refugiando-se no México, onde permaneceu até 1955, ali exercendo as funções de Secretário de assuntos latino-americanos da Confederação de Trabalhadores da América Latina (CTAL). Ao regressar a Costa Rica reintegrou-se firmemente na luta pela libertação nacional.

Os funerais de Guzmán Rodriguez constituiram um ato de profunda consternação popular.

FRONDIZI

REALIZOU-SE O I CONGRESSO DO PC DA BOLÍVIA

Realizou-se em La Paz, no dia 5 de abril e prolongou-se por alguns dias o I Congresso do Partido Comunista da Bolívia. O Congresso, após as **seis conferências** anteriormente realizadas, representou **um enorme passo no sentido da consolidação do Partido e de suas ligações com as amplas massas do povo boliviano. Fundado há** apenas 9 **anos, o PS da Bolívia**, como constatou o Congresso, obteve **grandes êxitos**, sobretudo, no seu enraizamento nos principais setores da classe operária e do campo, assim como entre a intelectualidade do país.

As mensagens enviadas pelo PCUS e o PC da China **foram recebidas com** enorme entusiasmo pelos participantes do Congresso, assim como as mensagens fraternais dos PPCC da Rumânia, Checoslovaquia, Bulgária e do Partido Socialista Unificado da Alemanha. Participaram do Congresso delegados fraternais de vários PPCC da América Latina. Luís Carlos Prestes, em nome dos comunistas brasileiros, enviou uma mensagem que foi calorosamente recebida pelo Congresso. Os comunistas bolivianos reunidos em seu Congresso, receberam mensagens de outros Partidos políticos bolivianos, entre êles o Partido Izquierda Revolucionária, assim como de entidades sindicais do país.

A Ordem-do-Dia do Congresso constou do balanço da atividades do Partido; teses políticas; estatutos do Partido e eleição do novo CC. Após animados debates dos quais participaram os 105 delegados presentes, vindos de tôdas as partes do país, foram aprovadas as teses políticas e os Estatutos do Partido e, finalmente, eleito o novo CC.

Os participantes do Congresso, em suas línguas maternas (espanhol, quechua e aymara), denunciaram as difíceis condições de vida do povo boliviano, submetido à brutal exploração imperialista, particularmente norte-americana, através do ponto IV.

Partindo da analise desta situação reinante no país, os comunistas bolivianos traçaram em suas teses políticas a linha de conduta do Partido, concentrando o fogo da luta revolucionária contra os imperialistas norte-americanos, contra o qual pode ser unida a nação, defendendo e exigindo a aplicação das conquistas da revolução de 9 de abril de 1952 que vêm sendo traídas pelo govêrno de Siles Suazo.

O Congresso constatou o enorme avanço do Partido no sentido de estruturar-se fundamentalmente entre a classe operária e os camponeses, que constituem a maioria esmagadora da nação boliviana. A própria composição social dos participantes do Congresso (28% de operários, 11% de camponeses e [illegible] de profissões diversas) [illegible] o crescimento do Partido e seu enraizamento entre as massas fundamentais da nação.

MAIS DE 208 MILHÕES DE SOVIÉTICOS

A população da União Soviética foi recenseada a 15 de janeiro dêste ano. É o primeiro censo do após-guerra. Segundo os dados por êle fornecidos, a população da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas ascendia a 15 de janeiro a 208 milhões 826 mil pessoas.

A população urbana totalizava 48 por cento.

A população rural — 52 [illegible]

Moscou revelou uma população de 5 milhões e 32 mil habitantes. Em segunda na ordem decrescente segue-se [illegible]

[illegible]

Experiência da Luta Sindical na...

(Conclusão da 8.ª pag.)

móveis. Temos que assentar as bases nas emprêsas que não sofrem grandes mudanças econômicas, que não variam conforme o mercado. [illegible]

10 — Na legalidade devemos proteger os líderes de massa. Devemos [illegible]

[illegible]

CONTRA O ASSALTO À AMAZÔNIA

PORTO ALEGRE (Do correspondente) — A Assembléia Legislativa decidiu, numa de suas últimas reuniões, dirigir-se ao Presidente da República, protestando enèrgicamente contra a venda de terras na Amazônia a emprêsas norte-americanas e pedindo que lhe sejam dadas explicações nesse sentido. O envio do telegrama ao sr. Kubitschek foi proposto pelo deputado Pedro Alvarez da bancada do PR.

Reúne-se à Sociedade Amigos do Méier

A Sociedade Amigos do Méier está convidando os [illegible] do Méier e o povo [illegible] para a última assembléia [illegible] a realizar-se [illegible] quarta-feira, dia 27, às 20,30 horas, à rua [illegible] 55 — Méier.

Experiências Da Luta Sindical Na China

Resumo de uma palestra do dirigente sindical Ma, diretor da Federação Pan-Chinêsa de Sindicatos

Para acumularmos fôrças, temos que levar em conta as dez questões seguintes:

1 — É nas grandes cidades que se apóia a contra-revolução: é principalmente aí que se encontram as fôrças da contra-revolução. A reação tem forçosamente que manter ativas suas defesas nas grandes cidades para assegurar por todos os meios o constante aumento de suas fôrças. É, portanto, dentro dessas condições, em terreno dominado pelo inimigo, que o Partido e os sindicatos têm que crescer, desde o nada até uma fôrça poderosa. Por isso a tarefa fundamental nas cidades é a conquista das massas, a conquista da maioria da classe operária, é acumular as fôrças para as batalhas decisivas da revolução.

Quais são as batalhas decisivas da revolução? Não são as batalhas pelo aumento dos salários, nem as batalhas contra as despedidas das fábricas. São as batalhas pela tomada do poder.

2 — Para acumular fôrças é necessário desenvolver as fôrças das organizações existentes, e nunca reduzi-las. Por isso é necessário lutar contra o sectarismo e o ceticismo: tanto um quanto o outro conduzem à diminuição e não à ampliação das organizações. Não importa que sejam fracas as organizações existentes. Organizações fracas podem crescer. Sem qualquer organização nada podemos fazer.

3 — Quando temos poucas fôrças, geralmente atuamos com prudência, mas quando temos muita fôrça freqüentemente atuamos sem prudência. Por isso, quando somos fracos, quase sempre cometemos pequenos erros; os grandes erros são próprios dos momentos em que nos sentimos fortes e dispomos de grandes organizações.

Dessa forma, quando nossas fôrças crescem e passamos a dispor de fortes organizações nas emprêsas e em outros lugares, nossa tarefa passa a ser a de consolidar ainda mais a organização e preparar quadros dirigentes que passem a atuar em outros lugares, em outras emprêsas. Quando nosso trabalho na fábrica é bom e conseguimos agrupar em tôrno do Partido a maioria dos operários, então nossa tarefa já não consiste em intensificar a luta dentro da fábrica, o que não pode ser decisivo, mas em empregar nossas fôrças na organização de outras fábricas e de outros setores, em acumular novas fôrças da revolução, o que é decisivo.

4 — Para ganhar as massas, para acumular as fôrças da classe operária, é necessário dar tôda a atenção à luta diária, econômica e política de massas. As massas sofrem a opressão econômica e a opressão política. Se não atendermos às lutas econômicas e às lutas políticas das massas, nos isolaremos.

É necessário que fiquem bem claros os objetivos de nossa política nas lutas de massas. O objetivo deve ser o triunfo na luta. Antes de iniciarmos uma luta, devemos ter uma idéia clara das condições em que ela se vai travar. Se estivermos certos do triunfo, a desencadearemos. Quando não existe esta certeza, não devemos desencadeá-la. É necessário evitar a todo custo o fracasso da luta. Quando fracassamos em uma luta, a unidade da massa se dissolve. O triunfo, ao contrário, consolida a unidade da massa. A unidade e o triunfo são inseparáveis: o triunfo consolida a unidade; a unidade conduz ao triunfo. O fracasso conduz também à divisão entre os quadros. Após um fracasso, os quadros se culpam uns aos outros pelos erros cometidos.

Alguns camaradas costumavam dizer: «Para nós, o importante é a luta. Começar a luta já é um triunfo». Assim falavam os aventureiros. Começavam a luta, esta fracassava, os operários sofriam o golpe, os camaradas eram dispensados da fábrica. Mas os aventureiros diziam: «Apesar da derrota, a luta teve grande significação. Isto, apesar de tudo, é um triunfo». Chamávamos a isto «triunfo de A Ku». A Ku é um personagem de novela. Êle sofria os golpes dos latifundiários, mas declarava que saía triunfante, porque triunfava «espiritualmente» sôbre os latifundiários. Satisfazer-se com um triunfo ilusório é, no fundo, uma manifestação de subjetivismo. A expulsão de camaradas das fábricas é uma derrota. Para nós só há uma vitória, a vitória política. Quando a luta chega a uma determinada etapa, é preciso parar. A luta deve ser levada até o ponto em que ela é favorável. Sem saber limitar as lutas, sofreremos derrotas desnecessárias.

5 — É necessário utilizar os meios legais em nossa luta. Para enganar as massas, o Kuomintang promulgava leis sôbre as fábricas e sôbre os sindicatos. Em sua essência, essas leis eram reacionárias, contrárias aos interêsses das massas. Mas, para enganar as massas essas leis tinham que conter alguma coisa favorável aos seus interêsses. Adotávamos, muitas vêzes, atitudes infantis. Empenhavamo-nos em demonstrar a falsidade dessas leis, sem exigir o cumprimento daquilo que nelas havia de favorável às massas. Tornavamo-nos críticos, apenas críticos. As massas diziam: «Vocês só dizem palavras vazias». As massas apóiam apenas os que trabalham em seu benefício. Quando os comunistas dirigiam as massas na conquista dos pontos positivos dessas leis, as massas os apoiavam.

6 — As possibilidades legais devem ser aproveitadas de maneira muito ampla. Em alguns casos, nas leis reacionárias nada existe escrito que seja favorável às massas. Por isso não encontramos nelas nenhum «fundamento jurídico» para utilizá-las em favor das massas. Mas há coisas que todo mundo reconhece como justo sem que esteja formulado em lei. Por exemplo: se um operário morre, podemos parar a fábrica para que todos vão ao entêrro. Não há lei que autorize isto, mas é um costume social, e devemos tomá-lo como um direito legítimo.

7 — Para organizar as massas é necessário seguir a linha do trabalho legal. Só uma organização legal pode ser ampla. Uma organização secreta só pode contar com um número reduzido de aderentes. Uma organização de massas não pode ser secreta. Por isso, quando não nos permitem organizar nossos sindicatos, e só existem os amarelos, devemos ingressar nos sindicatos amarelos. Dêste modo, utilizamos os sindicatos amarelos para os nossos fins, para educar e politizar as massas.

8 — Quando atuamos assim, os sectários protestam: «Nós, os comunistas, somos os mais puros. Se atuarmos nos sindicatos amarelos, entre os operários mais atrasados, se nos sentarmos ao lado dos dirigentes amarelos, se conversarmos ou tomarmos chá com êles, será que isso não irá nos corromper?». Nós, os comunistas, devemos trabalhar com todo mundo, com os atrasados, com os médios e com os avançados; também com os amarelos. Na China se diz que «o lótus nasce do lôdo, mas não é sujo». Se os comunistas souberam atuar sòmente com os elementos avançados e não com os médios e os atrasados, não poderão dirigir as massas. Os elementos avançados são como nós, não precisam ser dirigidos. São os médios e os atrasados que precisam de direção. É necessário educar as massas e elevá-las ao nível dos elementos avançados.

Quando vemos que os médios e os atrasados estão confusos, desanimados ou não têm bons costumes, não devemos desdenhá-los ou diminuí-los. Só atuando com êles, trabalhando com êles, podemos elevá-los até o nível dos elementos avançados. Assim também, só vivendo e atuando com os líderes dos sindicatos amarelos poderemos conhecê-los bem e vencê-los. Há um princípio militar que diz: «Só conhecendo-nos bem e ao inimigo como a nós mesmos, podemos derrotá-los». Ora, só podemos conhecer bem ao inimigo, estando junto dêle. Nós, comunistas, devemos saber nadar no mar alto, todos os dias. Não somos cultivados em floreiras, nem somos flôres de estufa.

9 — Devemos pôr os fundamentos de nosso trabalho nos operários permanentes e não nos operários

(Conclui na 7.ª página)

OS PRÊMIOS "LENIN" INTERNACIONAIS DA PAZ

A 1º de [illegible], foram distribuídos no décimo ano consecutivo os prêmios internacionais da paz em homenagem à memória do fundador do Estado Soviético, Lenin. O júri do Comitê para concessão dos prêmios é composto pelo poeta francês Louis Aragon, o cientista chinês Kuo Mo-jo e o cientista soviético Scobeltsin. Os premiados: Nikita Kruschiov, Primeiro Ministro da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, por seus méritos como [illegible] na luta pela paz mundial; o historiador norte-americano Du Bois, durante muitos anos perseguido em seu país por ser ativo partidário da paz entre os povos; o militante antifascista alemão Otto Buchwitz, uma das personalidades alemãs que se empenham pela unificação pacífica do seu país; o escritor grego Kostas Varnalis e o publicista inglês Ivor Montagu, membro do Conselho Mundial da Paz.

Никита Сергеевич ХРУЩЕВ

Уильям Эдвард Бургардт ДЮБУА

Отто БУХВИЦ

Костас ВАРНАЛИС

Айвор МОНТЕГЮ

Teoria e prática

SÔBRE A IGUALDADE

Resposta ao leitor Antunes Nogueira (Londrina, Paraná)

Pergunta o leitor sôbre como os marxistas encaram o problema da igualdade. «Qual a garantia de que sob o comunismo haverá a igualdade que, embora proclamada em lei, é negada pelo capitalismo?», indaga.

Antes de tudo, a igualdade é um conceito subordinado ao caráter de uma dada sociedade. Nas sociedades divididas em classes, cada classe social tem o seu próprio conceito de igualdade. Na sociedade burguesa, por exemplo, proclama-se que todos são iguais perante a lei, que todos os cidadãos têm os mesmos direitos e as mesmas possibilidades. Na prática, porém, a mesma lei burguesa assegura e consagra a exploração do homem pelo homem, nega aos trabalhadores uma série de direitos políticos e perpetua a desigualdade na posse dos bens. Na «Nota Econômica» da última edição dêste jornal está um exemplo eloqüente dessa suposta igualdade perante a lei: enquanto o govêrno toma a iniciativa de permitir aos capitalistas o direito de proteger-se contra a desvalorização da moeda, reavaliando o ativo de suas emprêsas de dois em dois anos, não só não se permite idêntica reavaliação em relação à fôrça de trabalho, mas ao contrário é fomentada a crescente perda do poder aquisitivo dos salários e vencimentos.

A igualdade entre os homens jamais poderá existir numa sociedade dividida em classes, em que a grande maioria é explorada por uma pequena minoria dominante, que aufere lucros cada vez maiores. Não passa, por isso, de simples utopia pensar-se em igualdade entre os homens numa sociedade de classes.

Segundo os marxistas, a condição essencial para que possa existir a igualdade é a supressão das classes, é o estabelecimento da sociedade comunista. Isto porque a supressão das classes significa: a libertação de todos os trabalhadores da exploração de sua fôrça de trabalho pelos capitalistas e latifundiários; a abolição, igual para todos, da propriedade privada sôbre os meios de produção, que passam a pertencer a tôda a sociedade; a obrigação, igual para todos, de trabalhar segundo a sua capacidade. Nisto precisamente reside a garantia de que, sob o comunismo — e só então — haverá a igualdade para todos.

Mas isto não significa, como procuram fazer crer os inimigos do marxismo, que os comunistas entendem por igualdade o nivelamento das necessidades pessoais e da maneira de viver dos homens em sociedade. Êsse nivelamento não passa, na realidade, de uma concepção pequeno-burguesa, estranha e hostil ao marxismo.

Por outro lado, o fato de que a ausência da igualdade seja inerente às sociedades divididas em classes e, portanto, ao capitalismo, não quer dizer, entretanto, que os operários e as massas trabalhadoras em geral cruzem os braços diante da exploração. Ao contrário, sòmente lutando com energia crescente por melhores condições de trabalho e de vida e em defesa dos direitos políticos, as massas exploradas poderão limitar a espoliação de que são vítimas e lutar com êxito pela conquista de seus objetivos finais.

HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO (XIII)

OS PROLETÁRIOS FRANCESES NA REVOLUÇÃO DE 1848

Ao considerar a república proclamada nas jornadas parisienses de fevereiro de 1848 uma «república social», a classe operária francesa indicava o conteúdo mais geral da revolução dos tempos modernos, — a revolução proletária, — tal como acabava de ser definido programàticamente no genial «Manifesto do Partido Comunista», de Marx e Engels. Entretanto, como assinala Marx no seu «O 18 Brumário de Luiz Bonaparte», êsse conteúdo «estava na mais singular contradição com tudo o que com o material disponível, com o grau de educação atingido pelas massas, dadas as circunstâncias e condições existentes, podia ser imediatamente realizado na prática».

A burguesia vai, assim, apoiando-se em sua própria hegemonia no govêrno provisório e legatária com tôdas as complicadas circunstâncias do patrimônio político-social da França de então, pôr à mostra com tôda crueza o seu caráter fundamental de classe inimiga do proletariado. Em sua luta por confundir, dividir e isolar a classe operária, para sufocar tôdas as suas pretensões revolucionárias imaturas, o govêrno provisório burguês reconheceu de início o direito ao trabalho reivindicado pelas massas operárias, que sofriam então as duras conseqüências de tremendo desemprêgo. Para assegurar [illegible] direito, foram organizadas as chamadas «oficinas nacionais», que proporcionavam aos desempregados a possibilidade de trabalhar em obras públicas. Ao mesmo tempo, o govêrno criou a «comissão da questão operária», composta de representantes de patrões e operários. Era uma espécie de ministério do trabalho que não dispunha realmente de quaisquer podêres para enfrentar os problemas sociais. À sua frente foi pôsto o chefe socialista pequeno-burguês oportunista Luiz Blanc.

A comissão, também conhecida como Comissão de Luxemburgo, ocupava todo o seu tempo na discussão [illegible] dos mais utópicos projetos de reforma social e era na prática um órgão contra-revolucionário de conciliação dos conflitos entre operários e patrões.

Para separar do proletariado as massas camponesas em efervescência, o govêrno provisório lançou sôbre elas um impôsto complementar especial, o impôsto dos 45 cêntimos, sob o pretexto de cobrir as despesas com as operações das [illegible] «oficinas nacionais».

Através de tôdas essas manobras, a burguesia conseguiu maioria nas eleições para a Assembléia Constituinte, que se instalou a 4 de maio de 1848 e marcaria um passo adiante na marcha política para «reduzir os resultados da revolução à escala burguesa» (Marx).

Compreendendo-o, o proletariado de Paris tentou dissolver a Assembléia a 15 de maio, mobilizando-se, com êsse fim, em potente demonstração revolucionária. Mas foi derrotado. O govêrno fechou então os clubes revolucionários operários e pequeno-burgueses republicanos e prendeu numerosos chefes operários, entre os quais o mais destacado, Luiz Augusto Blanqui.

A burguesia contra-revolucionária passa em seguida à provocação aberta contra o movimento operário. A Assembléia Constituinte declara que as reivindicações do proletariado de Paris são devaneios utópicos a que se deve pôr um paradeiro e dissolve, a 26 de [illegible], as oficinas nacionais, [illegible] rua, de chôfre, [illegible] operários. O proletariado, já em condições de luta bastante difíceis, responde, entretanto, à provocação com a Insurreição de Junho, «o acontecimento de maior envergadura na história das guerras civis da Europa» (Marx). Contra êle, a burguesia industrial conseguiu alinhar a seu lado a aristocracia financeira, a pequena-burguesia, o exército, o lumpen-proletariado, os intelectuais de prestígio, o clero e a população rural. Era o «partido da ordem». «Do lado do proletariado de Paris não havia senão êle próprio» (Marx).

A insurreição foi afogada em sangue, depois de três dias de luta, pelas tropas do general Cavaignac. Mais de 3 000 insurretos foram massacrados, mais de 15.000 foram deportados sem julgamento.

«Com essa derrota, o proletariado passa para o fundo da cena revolucionária» (Marx). Mas [illegible] tendo, valentemente [illegible]. Ainda em junho de 1849, os proletários de Lyon [illegible] suas melhores [illegible] revolucionárias, [illegible] tem-se mais uma vez [illegible] mas. São esmagados, e o estado de sítio, vigorante em Paris desde antes da instalação da Assembléia Constituinte, é estendido ao Departamento de Lyon e aos cinco Departamentos adjacentes.

A 2 de junho de 1851, um sobrinho de Napoleão I, o aventureiro Luiz Bonaparte, que fôra eleito presidente da república em fins de 1848, dá um golpe de Estado e estabelece a ditadura reacionária aberta da burguesia, proclamando-se imperador com o título de Napoleão III.

Comentando êsse desfecho sombrio do ciclo revolucionário de 1848-51 na França, Marx, no próprio momento em que a classe operária enfrenta as amarguras da derrota, mostra-lhe que esta não era mais que um passo necessário, rico de ensinamentos, para a vitória final na luta pelo socialismo e o comunismo:

«A Sociedade parece ter agora retrocedido para antes do seu ponto de partida; na realidade, somente hoje ela cria o seu ponto de partida revolucionário, isto é, a situação, as relações, as condições sem as quais a revolução moderna não adquire um caráter sério.

... as revoluções proletárias, como as do século dezenove, [illegible] a si próprias, [illegible] fins dos seus primeiros esforços, para [illegible] derrubar seu adversário [illegible] para que êste possa [illegible] da terra novas fôrças e erguer-se novamente, agigantado, diante delas, recuam constantemente ante a magnitude infinita de seus próprios objetivos, até que se crie uma situação que torna impossível qualquer retrocesso e que as próprias condições gritam:

«Hic Rhodus, hic salta!» (Aqui é Rodes, salta aqui!)»

Luiz Augusto Blanqui

NOTAS SÔBRE LIVROS

«COISAS IDAS E VIVIDAS

ASTROGILDO PEREIRA

Com êste volume, o Embaixador Luís Gurgel do Amaral continua a publicação das suas memórias, iniciada, ao que suponho, com o livro O Meu Velho Itamarati. O volume de agora — Coisas Idas e Vividas — divide-se em duas partes: a primeira, de lembranças íntimas, com evocações da vida familiar na meninice e na adolescência; a segunda, de recordações da carreira diplomática.

Certos aspectos da sociedade carioca do fim do século passado e comêço do século atual são descritos com vivo senso evocativo, a que não faltam acentos de ternura e bom humor, o que lhes confere boa dose do encanto que possuem. Na parte relativa à carreira diplomática, narra o autor aquêles episódios que melhor se fixaram em sua memória durante os anos de serviço em cargos da nossa representação diplomática no Chile, no México, na Inglaterra, na Bélgica.

O livro termina com recordações de Bruxelas, com o memorialista Encarregado de Negócios. Aí termina o livro, mas não a carreira, em que Luís Gurgel do Amaral atingiria os mais altos postos, sendo por fim aposentado, por lei, compulsòriamente (e muito a contra-gôsto). E' de esperar que pelo menos mais um ou dois volumes seguir-se-ão a estas Coisas Idas e Vividas, inclusive com as recordações posteriores à aposentadoria. Muitas e muitas coisas terá ainda a contar-nos o Embaixador L. G. do Amaral. E o que desejamos é que o memorialista não se limite à pura narrativa de casos pessoais, mundanos ou pitorescos, mas registre também em letra de fôrma algo dos negócios diplomáticos de que participou como representante do Itamarati. Seu depoimento nesse sentido pode constituir considerável contribuição à história da nossa diplomacia — o que viria a ser também um bom serviço diplomático.

«48 Anos de Jornalismo»

O autor dêste livro, o jornalista Mário Nora, deu-lhe o subtítulo de Memórias de um «Dromedário». Quer dizer: memórias de um velho profissional da imprensa, dêsses que começam na revisão e vão subindo até à redação pelo trabalho duro e permanente de anos e anos. Mário Nora trabalhou no batente 48 anos a fio — ganhando miseràvelmente os seus direitos a uma digna ociosidade. E hoje um «dromedário» aposentado, mas para que os dedos não enferrujem, escreveu estas memórias, e é de supor que venha a escrever outros livros: o velho repórter é também escritor estimado, autor de dois volumes de contos e um romance.

Casos graves e cômicos, compilações [illegible], aspectos e perfis, anedotário boêmio — disse, tudo e de outras estórias saborosas se nutrem estas páginas, que retratam certas feições da vida de imprensa no Rio de Janeiro durante meio século. Dir-se-ia uma larga reportagem que o repórter realiza com a própria memória, espécie de auto-reportagem, que a gente lê de uma assentada, noite a dentro, sem sombra de sono.

Em duas ou três passagens do livro há umas referências pouco amáveis aos comunistas e a certo "jornalzinho" comunista de 1931. Coisas afinal de menor importância, que nem vale a pena esmiuçar. Mário Nora é homem de boa índole, tolerante, e o seu anticomunismo pode-se dizer que é antes fruto de arraigados preconceitos, como acontece com muita gente da sua condição social. Não é, não pode ser um defensor da exploração do trabalho alheio. Apenas não compreende como e porque os comunistas constituem a vanguarda da luta revolucionária contra semelhante exploração.

Agora, o que é realmente deplorável em sua atividade no passado, é aquela fase em que exerceu o ofício de censor durante o estado de sítio de 1935.

"PIRATA": CÃO DE 2 CABEÇAS

LUCIEN BARNIER

Uma laboratorista toma o pulso do cachorro

[illegible] rigido pelo professor soviético Vladimir Demikhov, um cão viveu com duas cabeças durante mais de trinta dias.

Este êxito cirúrgico, o primeiro no mundo, foi saudado pelos meios cirúrgicos de todo o mundo, como sendo uma grande vitória que abre perspectivas entusiásticas ao enxerto de órgãos no organismo humano.

O cão receptor, chamado "Pirata", é um pastor alemão que, de pé sobre as patas posteriores, mede 1,80m. Enxertada no pescoço de "Pirata", uma pequena cabeça de cãozinho vivia permanentemente. Ela morde, lambe, olha e, quando faz calor, e bebe. Observa a cabeça enxertada estar desperta enquanto "Pirata" dorme.

É claro que não foi com o desejo de criar uma curiosidade que o professor Demikhov realizou essa experiência sensacional. Ele se coloca no quadro de pesquisas efetuadas há longos anos sôbre a transplantação do coração, dos pulmões, dos rins ou de órgãos do sistema digestivo. Antes dos trabalhos de Vladimir Demikhov tinha-se tentado enxertar o coração no pescoço e na virilha. Mas nestas tentativas, em que se destacaram Alexis Carrel, Markus, N. P. Sinitsyne e B. V. Oznlew, o coração era de certo modo um enxêrto estático que não se ligava aos pulmões e não assegurava portanto a circulação do sangue em todo o organismo.

A BARREIRA DA INTOLERANCIA

No inicio destas experiências de transplantação de coração nos cães, o doutor Demikhov se chocou com a famosa barreira de intolerância do receptor do enxêrto. Lembra-se a êste respeito o fracasso dramático no enxêrto de um rim tentado há tempos no jovem Marius Renard. Contudo, o rim enxertado tinha sido retirado da própria mãe do paciente. O sábio soviético não conseguiu ultrapassar o prazo de seis dias, depois dos quais morriam os cães operados. Melhorias foram conseguidas, a fim de vencer a necrose do enxêrto, e os rins enxertados em cães desempenharam suas funções plenamente durante períodos de dezessete e dezoito dias. Cada nova experiência trazia conhecimentos novos e progressivamente se delineava um conjunto de imperativos que deviam presidir à elaboração de uma nova técnica cirúrgica.

Como não se tratava de ensaiar os diversos modos de enxêrto diretamente no homem, enquanto não se estivesse certo do êxito, o professor Demikhov resolveu experimentar com o cão. Escolheu membros do mesmo grupo sanguíneo e praticou inicialmente enxertos exteriores, de modo a poder eliminar fàcilmente o órgão enxertado no caso em que a operação ameaçasse terminar mal. Mais ainda, é mais fácil observar o comportamento de um órgão enxertado, se êle se encontra fora do que o recebeu.

UM GRANDE PROGRESSO

Varios sábios precederam o doutor Demikhov em suas experiências para fazer sobreviver uma cabeça decepada. São particularmente conhecidas as tentativas de Brown-Séquard, de Laborde, de Heymanns e de Bricukhonenko. Estes eminentes pesquisadores chegaram a manter em vida cabeças isoladas nas quais trabalhavam durante algumas horas, mas não conseguiram restabelecer a atividade nervosa superior destas cabeças que viviam, assim, uma vida vegetativa, absolutamente desprovida de consciência.

O grande mérito do doutor Demikhov foi o de ter descoberto métodos de enxêrto de tal modo delicados que lhe permitiram preservar a cabeça enxertada de perturbações não só do sangue, como também da linfa.

De fato, e todos os jornalistas convidados à recente entrevista do doutor Demikhov puderam constatar, a cabeça do cãozinho branco que foi enxertada em "Pirata" há mais de um mês, se apresentava gozando de tôdas as faculdades normais. Seu cérebro funcionava normalmente: percebia sensações, as interpretava e deduzia as decisões apropriadas.

EM BENEFICIO DO HOMEM

Isto quer dizer que se pode concluir daí que a cirurgia poderá amanhã enxertar, em determinados acidentados graves, cabeças mantidas em reserva em armários refrigerados? Isto, sem dúvida, seria um tema interessante para um romancista, mas os sábios não pensam de modo algum em tal situação extravagante. Por outro lado, vêem no sucesso da recente experiência do doutor Demikhov promessas reais que modificarão a pratica do enxêrto de órgãos e mesmo de membros no homem.

Como dizia o próprio doutor Demikhov: "Aspecto estranho destas operações: enxêrto de uma cabeça, transplantação de um coração ou de um rim, tudo isto não pode fazer com que se esqueça de que se trata de chegar a determinar exatamente, cientificamente, as condições necessarias e suficientes para que, num futuro próximo, um orgão humano doente possa ser substituido por um órgão sadio retirado de um cadáver recente".

Orfeu (Breno Mello) não esteve em Cannes para receber os aplausos que merecia

"ORFEU NEGRO" REVELA O CARNAVAL E O BRASIL

GENNYSON AZEVEDO

CANNES 1959

Cannes é uma aprazível cidade banhada pelo Mediterrâneo. Durante a primavera e o verão suas praias, seus hotéis, seus dois cassinos, são o refúgio da gente endinheirada que aí passa férias. Mas, durante o mês de maio sua fisionomia muda bastante. A avenida da Croisette (a beira-mar) enche-se de bandeiras multicores; centenas de jornalistas, atrizes, atores e diretores cinematográficos, enxameiam as ruas, falando as linguas mais diversas. E o Festival Internacional de Cinema que os reune numa competição amistosa, onde a arte e as idéias são o maior trunfo. No majestoso Palácio dos Festivais há um borborinho constante. Discutem-se os filmes, fazem-se negócios, estabelecem-se novas amizades. Após 15 dias todos partem e Cannes volta à sua rotina.

Este ano o Festival viu aclamar uma engenhosa história, cheia de poesia, com a marca da música mais legítima, com a paisagem mais característica do Brasil. Orfeu Negro com o nosso samba, com o lirismo do poeta Vinicius de Morais, com a presença de nossa gente de côr, reviveu a lenda grega modernizada, sob a direção dêste francês talentoso que é Marcel Camus. O sucesso foi completo: arrebatou a "Palma de Ouro". A exigente platéia deixou-se enfeitiçar pela magia de Orfeu Negro. Quando, passados êstes momentos de encanto e emoção, cada qual regressar ao seu país, levará uma visão de nossa gente, de nossos costumes, de nossa música. Esta a grande vitória. Porém, falemos do Festival.

OS PRINCIPAIS FILMES

* "Compulsion" filme dirigido por Richard Fleischer e interpretado por Orson Welles, Dean Stockwell e Bradford Dillman conta a história de um rapto de um garôto, posteriormente assassinado. Os raptores e assassinos confessos são defendidos por um hábil advogado, contrário a pena de morte, que os consegue salvar à execução. Seus principais atores obtiveram o prêmio de interpretação masculina.

* "Sonho de uma noite de verão" é a versão animada da obra de Shakespeare, realizada pelo grande artista tchecoslovaco Jiri Trnka. O "charme" e a beleza da fita provocaram do jornalista Novais Teixeira o expressivo comentário: — "... correspondeu a expectativa da crítica e não causaria decepção ao próprio Shakespeare". O cinemascópio, o colorido e a música de Vaclav Trojan foram muito elogiados. Os bonecos de Trnka foram considerados de excepcional qualidade plástica.

* "Room at the Top" narra a história de um jovem ambicioso que não hesita em matar a mulher amada para alcançar o coração de uma jovem herdeira. Comentou-se que o filme passa do mais puro drama balzaqueano para o mais banal melodrama. Direção de Jack Clayton. Interpretado por Lawrence Harvey e Simone Signoret, valeu a última o prêmio de melhor interprete feminina.

ORFEU NEGRO

Oficialmente a fita é francesa, pois Orfeu foi produzida por Sacha Gordine e dirigido por Camus, mas seu tratamento, sua paisagem, sua música, seus atores, sua poesia, são autênticamente brasileiros porque legitimamente cariocas. A premiação de Orfeu Negro é uma homenagem ao Brasil onde a inteligência de Vinicius de Morais, o talento de Marcel Camus e o ritmo de nossa gente bronzeada, permitiu o florescimento desta colaboração artística entre nossos países.

O "Orfeu" legendário foi transformado aqui em motorneiro e seu reinado é o da escola de samba "Babilônia" onde enverga a cota de rêde como um dos babilônios. O Inferno da lenda é o Carnaval, a lira de "Orfeu" o violão. Euridice uma bela pastora, a serpente mitológica Mira (outra pastora endoidecida de ciúmes).

"Orfeu" faz nascer o sol aos acordes de seu violão e a beleza de seu cantar sempre acompanhado de dois moleguinhos fascinados por seus dons. No peito bronzeado palpita-lhe o amor pela dulcíssima Euridice. Em meio a alegria do Carnaval explode a tragédia provocada pelo veneno do ciúme. Na quarta-feira de cinzas "Orfeu" encontrará Euridice na morgue fria de um Hospital entre outros corpos não identificados. Com Euridice nos braços, o largo peito magoado, encontra tambem a morte no barranco do morro. Mas, "Orfeu" será ressucitado na presença miúda de um orfeuzinho moleque dedilhando o violão, fazendo nascer o sol.

Pena que o interprete principal do filme, Breno Mello não tenha sido levado a Cannes, nem Vinicius lá estivesse presente para sentir o calor dos aplausos.

UM APÓLOGO

MACHADO DE ASSIS

Era uma vez uma agulha, que disse a um novêlo de linha:

— Por que está você com êsse ar, tôda cheia de si, tôda enrolada, para fingir que vale alguma coisa neste mundo?

— Deixe-me senhora.

— Que a deixe? Que a deixe, por que? Porque lhe digo que está com um ar insuportável? Repito que sim e falarei sempre que me der na cabeça.

— Que cabeça, senhora? A senhora não é alfinete, é agulha. Agulha não tem cabeça. Que lhe importa o meu ar? Cada qual tem o ar que Deus lhe deu. Importa-se com a sua vida e deixe a dos outros.

— Mas você é orgulhosa.

— De certo que sou.

— Mas por que?

— É boa! Porque coso. Então, os vestidos e enfeites de nossa ama, quem é que os cose, senão eu?

— Você? Esta agora é melhor. Você é que os cose? Você ignora que quem os cose sou eu, e muito eu?

— Você fura o pano, nada mais; eu é que coso, prendo um pedaço ao outro, dou feição aos babados...

— Sim, mas que vale isso? Eu é que furo o pano, vou adiante, puxando por você, que vem atrás obedecendo ao que eu faço e mando.

— Também os batedores vão adiante do Imperador.

— Você Imperador?

— Não digo isso. Mas a verdade é que você faz um papel subalterno, indo adiante; vai só mostrando o caminho, vai fazendo o trabalho obscuro e ínfimo. Eu é que prendo, ligo, junto...

Estavam nisto, quando a costureira chegou à casa da Baronesa. Não sei se disse que isto se passava em casa de uma Baronesa, que tinha a modista ao pé de si, para não andar atrás dela. Chegou a costureira pegou do pano, pegou da agulha, pegou da linha, enfiou a linha na agulha e entrou a coser. Uma e outra iam andando orgulhosas, pelo pano adiante, que era a melhor das sêdas, entre os dedos da costureira, ágeis como os galgos de Diana — para dar a isto uma côr poética. E dizia a agulha:

— Então, senhora linha, ainda teima no que dizia há pouco? Não repara que esta distinta senhora costureira só se importa comigo; eu é que vou aqui entre os dedos dela, unidinha a êles, furando abaixo e acima.

A linha não respondia nada; ia andando. Buraco aberto pela agulha era logo enchido por ela, silenciosa e ativa, como quem sabe o que faz, e não está para ouvir palavras loucas. A agulha, vendo que ela não lhe dava resposta, calou-se também e foi andando. E era tudo silêncio na saleta de costura; não se ouvia mais que o plic-plic-plic da agulha no pano. Caindo o sol, a costureira dobrou a costura, para o dia seguinte; continuou ainda nesse e no outro, até que no quarto acabou a obra, e ficou esperando o baile.

Veio a noite do baile, e a Baronesa vestiu-se. A costureira, que a ajudou a vestir-se, levava a agulha espetada no corpinho, para dar algum ponto necessário. E enquanto compunha o vestido da bela dama, e puxava a um lado ou outro, arregaçava daqui ou dali, alisando, abotoando, acolchetando, a linha, para mofar da agulha, perguntou-lhe:

— Ora agora, diga-me, quem é que vai ao baile, no corpo da Baronesa, fazendo parte do vestido e da elegância? Quem é que vai dançar com ministros e diplomatas, enquanto você volta para a caixinha da costureira, antes de ir para o balaio das mucamas? Vamos, diga lá.

Parece que a agulha não disse nada; mas um alfinete, de cabeça grande e não menor experiência, murmurou à pobre agulha:

— Anda, aprende, tola. Cansas-te em abrir caminho para ela e ela é que vai gozar da vida, enquanto aí ficas na caixinha de costura. Faze como eu, que não abro caminho para ninguém. Onde me espetam, fico.

Contei esta história a um professor de melancolia, que me disse, abanando a cabeça:

— Também eu tenho servido de agulha a muita linha ordinária!

Não Querem Ser Engenheiros Por Uma Faculdade Desmoralizada

“OU JOSUÉ SAI OU A ESCOLA FECHA”

“Mesmo que a greve acarrete um atraso em nossa formatura, preferimos isto a receber diploma de uma escola desmoralizada. Ou o Josué sai, ou a escola fecha. Só voltaremos às aulas com o afastamento definitivo do Diretor Técnico”. Tal é o sentimento dos 181 alunos da Escola de Engenharia de Juiz de Fora, sem nenhuma voz discordante.

O Engenheiro Josué Lage Filho nos fornece o exemplo característico da fortuna acumulada vertiginosamente e através de meios que suscitam dúvidas quanto à sua lisura.

Firme disposição dos alunos grevistas da Escola de Engenharia de Juiz de Fora — História do vertiginoso e suspeito enriquecimento do diretor técnico

LUIZ FERNANDO CARDOSO

(Enviado especial de NOVOS RUMOS)

Golpe

O “pivot” do movimento estudantil de Juiz de Fora, quando estudante, tinha recursos tão minguados que dormia na Faculdade, aí vivendo. O primeiro degrau da sua ascensão foi o posto de auxiliar de contadoria da Escola, cargo que abandonou ao diplomar-se, quando foi promovido a secretário. Em 1951, o engenheiro Josué Lage Filho acumulava os cargos de catedrático e secretário, o que não era permitido por lei. Todavia, para retirá-lo da Secretaria, seria preciso pagar-lhe uma indenização de cerca de dois milhões de cruzeiros, o que, na época, implicaria na necessidade de vender até as máquinas da Faculdade. Foi quando, num golpe espetacular, o engenheiro introduziu no Regimento Interno da Escola o artigo 20, que diz: “O atual Secretário da Escola, engenheiro e professor Josué Lage Filho, assume automaticamente as funções de Diretor Técnico e somente pela sua renúncia voluntária será o cargo de Diretor Técnico preenchido na forma deste Regimento”. A partir daí intensificaram-se suas arbitrariedades, uma vez que praticamente dominava por completo a Escola.

Em 1954, temeroso das lutas dos universitários, o Diretor bloqueou as contas do Diretório Acadêmico nos bancos, dissolveu êsse órgão de representação do corpo discente e criou um DA fantoche. Após uma greve de três meses, os estudantes conseguiram revogar tôdas essas medidas.

A Escola de Engenharia, das 10 faculdades de Juiz de Fora, é a que recebe maior verba orçamentária, e a que funciona em condições mais precárias. Não possui prédio próprio. Há apenas 4 salas de aulas para as 5 turmas do curso. Inexistem instalações sanitárias para as moças. O Diretório Acadêmico não funciona dentro da Escola por falta de acomodações, sendo os alunos obrigados a pagar do seu bolso o aluguel de uma sala no centro da cidade, pois a faculdade não concede nem um tostão ao DA. Há vários anos a biblioteca não recebe livros novos, muito embora haja uma verba nominalmente reservada para a compra de livros. E são ajuntadas ainda outras irregularidades.

Não presta contas

Desde 1954 o Diretor Técnico não presta contas das verbas, o que significa, em cruzeiros, cerca de 50 milhões. Para que se tenha uma leve noção da aplicação desses dinheiros, basta atentar para os fatos que seguem.

A Escola de Engenharia, com 181 alunos, tem em seus quadros 29 funcionários (entre os quais há Lages em profusão) recebendo um total anual de Cr$ 2.585.804,40, enquanto as Faculdades de Direito, Farmácia e Odontologia, Ciências Econômicas e Medicina, com um total global de 779 alunos, gastam, no conjunto, com seus funcionários, a quantia de Cr$ ...... 1.562.003,60! Os diretores das faculdades são catedráticos que recebem uma gratificação, pelos seus serviços na diretoria, a qual varia entre Cr$ 3.000,00 e Cr$ 1.500,00, havendo mesmo quem nada receba. A gratificação do Diretor Técnico da Escola de Engenharia como diretor, além dos Cr$ 16.800,00 que percebe pelas cadeiras de Física em que leciona, é de Cr$ ...... 24.000,00!

A Escola mantém, em seu Parque Tecnológico, uma Fábrica de Aparelhos de Física, da qual o engenheiro Josué Lage Filho é gerente e encarregado. Trata-se de um empreendimento industrial que deveria ser não só auto-suficiente, como lucrativo. Contudo, verbas e mais verbas da Escola são ali aplicadas. Segundo provam inúmeros recibos, a fábrica dedica-se mais a tarefas que dizem respeito às atividades particulares do Diretor Técnico que propriamente ao fabrico dos instrumentos de Física. De acôrdo com depoimento de alguns funcionários do Parque, são êles obrigados a trabalhar na Fazenda Santa Rita, de propriedade do engenheiro Josué. Tal fazenda está avaliada em 20 milhões de cruzeiros, o que não deixa de ser uma soma bem gorda para quem era paupérrimo.

O engenheiro Josué Lage Filho é, além disso, dono da Fábrica do Doce de Leite Flamengo que, segundo os habitantes da cidade, “é o único doce de leite do mundo feito à base de marmelada”. A venda do produto é, ainda por cima, feita com o auxílio de uma viatura da Escola, que, de acôrdo com o testemunho de várias pessoas, foi vista muitas vêzes em Petrópolis em plena transação comercial.

Aos 11 de setembro de 1953, o professor Camilo Severino de Oliveira, amigo de copa e cozinha do Diretor Técnico, comprou, nos arredores da cidade, um terreno de 20.000 m2, por Cr$ .... 225.000,00. Quatro dias depois a escola adquiriu o mesmo terreno, por Cr$ 900.000,00. Terão os dois, pelo menos, dividido irmãmente os Cr$ 675.000,00 da diferença?

Em 1957, a Escola recebeu três milhões de cruzeiros para a construção do prédio dos cursos técnicos. Durante alguns meses de 1958, a Firma Irmãos Damasceno e Cia. foi obrigada a paralisar as obras por falta de pagamento de Cr$ 1.800.000,00. Isso só foi pago quando a Escola recebeu parte da dotação ministerial de 1958, a quantia de Cr$ .... 5.000.000,00. Algum bolso ávido e estranho aos negócios oficiais agasalhou aquela polpuda soma.

Os estudantes lutam

Em virtude dêsses e de muitos outros fatos de natureza semelhante, cresciam as lutas dos estudantes da Escola de Engenharia de Juiz de Fora, culminando na deflagração da greve, no dia 14 de abril, pela moralização e pela melhoria das condições de estudo daquela faculdade. Imediatamente, a luta se alastrou, arrastando ao movimento paredista, a partir de 26 de abril, as demais escolas superiores da cidade e, a partir de 14 de maio, todos os estabelecimentos universitários de Minas Gerais.

Em Juiz de Fora, a direção do movimento está confiada a um Comitê de Greve, o qual, além de realizações menores,

Flagrante de uma das numerosas manifestações de rua dos estudantes grevistas

promove semanalmente uma grande manifestação pública. A grande passeata de 30 de abril, o comício de 5 de maio e o entêrro simbólico do Diretor Técnico realizado aos 16 de maio são três exemplos marcantes dessas manifestações.

A greve tomou conta da cidade. Frequentes são as demonstrações de simpatia e solidariedade que os estudantes vêm recebendo da população. Os onze sindicatos de trabalhadores de Juiz de Fora se reuniram em assembléia e aprovaram uma moção de solidariedade aos grevistas, o mesmo fazendo a Câmara do Município, a Assembléia Legislativa Estadual, o Clube de Engenharia de Juiz de Fora, os advogados da cidade, o Comitê Executivo do PTB, o Vice-Presidente da República, Sr. João Goulart, além de outras personalidades e organizações.

Foi designada uma Comissão de Inquérito pelo Ministério da Educação e Cultura, que se encontra apurando os fatos juntamente com um Comando Parlamentar da Comissão de Orçamento e Fiscalização Orçamentária da Câmara Federal.

Em entrevista com o Presidente da República, Sr. Juscelino Kubitschek, uma comissão composta de membros do Diretório Acadêmico da Escola de Engenharia de Juiz de Fora e diretores da União Nacional dos Estudantes obteve a promessa de que o Diretor Técnico da escola seria, de qualquer maneira, destituído do cargo.

Seja como fôr, os estudantes de Juiz de Fora, em compacta unidade, estão dispostos a não abrir mão, em hipótese alguma, da satisfação das suas reivindicações inadiáveis e nada os fará retornar aos bancos escolares antes que a presença indesejável do engenheiro Josué Lage Filho seja definitivamente eliminada da Escola de Engenharia de Juiz de Fora.

Na rua principal da cidade os estudantes colocaram grande e vistoso mural (foto). Ali são afixados, diàriamente, recortes de jornais dos mais diversos pontos do país sôbre a greve de que participam.

"SHOW" ARTISTICO PARA O FESTIVAL DA JUVENTUDE

Assembléia da Paraíba votou verba de 200 mil cruzeiros para a delegação

A Comissão Brasileira do VII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes pela Paz e a Amizade fará realizar no próximo dia 29, no 9º andar da A.B.I., com início às 19 horas, um grande “show” artístico como parte da programação geral preparatória da grande festa mundial da juventude.

O espetáculo constará de duas partes:

1ª parte: — música erudita a cargo da pianista Yolanda Ferreira, do violinista Oscar Borghet e da soprano Alice Ribeiro.

2ª parte: música popular a cargo de conhecidos artistas de rádio e T.V., apresentando Luiz Gonzaga, Nora Ney, Jorge Goulart, Jorge Fernandes, Waldomiro e sua orquestra e outros.

A entrada será franqueada ao público.

CONCERTO

Com as dependências do Teatro Municipal de S. Paulo totalmente [illegible] realizou-se naquela cidade um concerto de piano e violino a cargo de Clara [illegible] Natan Schwartzmann. O concerto que foi promovido pela Comissão Paulista do Festival contou com a presença de destacadas figuras do mundo político, social e artístico de São Paulo, entre os quais o prefeito Adhemar de Barros.

VERBA

A assembléia legislativa da Paraíba votou uma verba de Cr$ 200.000,00 a fim de custear a delegação juvenil paraibana ao Festival.

COMISSÕES ESTADUAIS

Já estão em funcionamento nos Estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, S. Paulo, Paraná, Sta. Catarina e Rio Grande do Sul as comissões estaduais de apoio à festa da Juventude.

SEDE CENTRAL

A Comissão Brasileira do Festival está funcionando em sua sede que se localiza à Av. Rio Branco número 185, sala 623, 6º andar, Edifício Marquês de Herval, Distrito Federal, onde presta quaisquer informações relativas ao Festival.

Instalação da F.D.N. na Bahia

SALVADOR, (Do correspondente) — Está [illegible] para o próximo dia 25 [illegible]

[illegible]

NACIONALIZAÇÃO DAS EMPRÊSAS DE ELETRICIDADE

Decidem os trabalhadores cariocas iniciar uma campanha nacional nesse sentido — Resoluções do conselho regional da CNTI — Pela rápida aprovação da Lei de Previdência

Ao mesmo tempo que decidiram enviar um telegrama ao governador Leonel Brizola, apoiando a encampação do truste de energia elétrica do Rio Grande do Sul, resolveram também os trabalhadores da indústria do Distrito Federal, através do pronunciamento unânime do Conselho Regional da C.N.T.I., promover a realização de um ato público, dentro dos próximos dias, que deverá ser o ponto de partida para uma campanha nacional visando à nacionalização de tôdas as emprêsas concessionárias dos serviços de produção e distribuição de energia elétrica.

A importante decisão foi tomada na última têrça-feira, na sede do Sindicato dos Gráficos, onde se reuniu o Conselho Consultivo Regional da C.N.T.I. (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria). Na oportunidade foram aprovados um apêlo a tôdas as demais entidades sindicais cariocas, no sentido de que manifestem pùblicamente o seu apoio ao governador Brizola, e uma saudação ao povo gaúcho, pela vitória alcançada.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Quanto ao projeto de Lei Orgânica da Previdência Social, ora em discussão no Senado, resolveu o Conselho da CNTI programar uma série de atividades, visando à sua rápida aprovação. Entre as medidas aprovadas consta a realização de um ato público, na próxima semana, que deverá contar com a participação dos representantes sindicais de São Paulo, Minas Gerais, Estado do Rio e de outras unidades da Federação. O objetivo do ato público, que será precedido de reuniões preliminares, é o de lançar uma campanha que, à base da unificação dos pontos-de-vista dos associados do IAPI, IAPC, IAPETC, IAPB, CAPFESP, mobilize tôdas as entidades sindicais brasileiras para um movimento nacional pela imediata aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social.

ENCONTRO COM JANGO

Além das medidas destinadas à mobilização dos trabalhadores, resolveu o Conselho da CNTI solicitar uma audiência ao sr. João Goulart, vice-presidente da República, a fim de pleitear o regime de urgência para a discussão do projeto de Lei Orgânica no Senado. Também o senador Lima Teixeira, relator da Comissão de Legislação Social, deverá ser visitado nas próximas horas pelos líderes sindicais, os quais lhe encaminharão um apêlo para que apresse a apresentação do seu relatório sôbre o referido projeto.

CARESTIA: CONTRÔLE DO POVO

Anuncia-se que o presidente da República enviará à Câmara mensagem solicitando a prorrogação da lei 1.522, de 1951, que cria a COFAP, cuja vigência expirará a 30 de junho. O projeto de criação da Superintendência do Abastecimento, que deveria substituir a COFAP, suscitou protestos, notadamente entre os grandes comerciantes, levando o govêrno a um recuo. Como é natural, os que lucram com os altos preços e a especulação não desejam qualquer espécie de contrôle.

Ao solicitar a prorrogação da COFAP, visa, pois, o govêrno manter, pelo menos, algum contrôle de preços, o que não deixa de ser sensato.

Entretanto, surgem aqui duas questões relacionadas entre si: 1) Possui a COFAP, esta que aí está, com a estrutura atual e presidida pelo Mindêlo, qualquer eficácia no contrôle dos preços? 2) Faltaram fôrças ao govêrno para fazer aprovar a Superintendência do Abastecimento?

Vejamos. E' evidente que só tem interêsse em combater a carestia quem sofre com ela, aquêles cujos orçamentos estão em déficit permanente, isto é, a imensa maioria da população. Que se passa, porém? De fato, o povo não tem participação no contrôle dos preços, dêle está excluído pela estrutura mesma da COFAP. Quisesse o govêrno dispor desta fôrça e não resta dúvida de que uma voz muito mais alta que a dos tubarões se elevaria. E, então, com a Superintendência ou com a COFAP, os preços e o abastecimento seriam realmente controlados e à exploração desenfreada seria pôsto um paradeiro. Mas, se esta fôrça continuar de fora, o máximo que se poderá obter do cel. Mindêlo será mesmo uma dessas campanhas contra o telefone a 3 cruzeiros, que reprime o português do botequim e deixa a Light de mãos livres.

Todavia, ao prorrogar a lei que criou a COFAP, o Congresso poderá ir além e dar uma efetiva contribuição à luta contra a carestia: basta incluir, entre os conselheiros da COFAP, representantes dos sindicatos, das organizações estudantis, das organizações populares, etc. Se isto fôr feito, estamos certos, ninguém mais se lembrará da Superintendência.

Al Neto: “Cow-Boy” e Latifundiário

Fantasiado de vaqueiro texano, anda combatendo, em Lages, a reforma agrária

LAGES, Santa Catarina (Do Correspondente) — Há dias, a Rádio Tupi de São Paulo divulgou uma notícia procedente de Nova Iorque anunciando que o jornal The New York Times publicou uma carta do sr. César Vieira da Costa, presidente da Associação Rural de Lages, tachando de comunista o movimento de reforma agrária em nosso país.

A notícia deve ter causado estranheza aos ouvintes daquela emissora pelo fato de um brasileiro dirigir-se a um jornal americano para atacar a reforma agrária no Brasil.

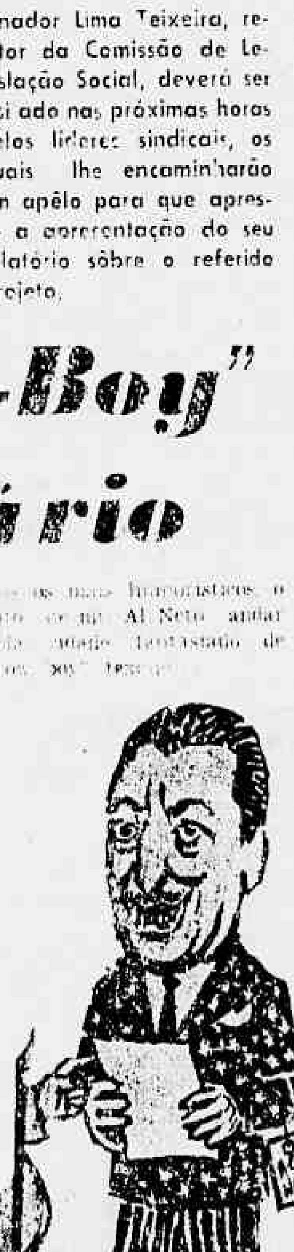
O INSPIRADOR

Mas acontece que o inspirador da referida carta é um americano radicado aqui em Lages. Trata-se de Al Neto, funcionário da embaixada dos Estados Unidos no Rio, também destacado para um programa de televisão bastante conhecidos dos cariocas.

Além disso, Al Neto é latifundiário, possuindo aqui em Lages cêrca de 75 milhões de [illegible], isto é, 3.500 hectares de terras. Como latifundiário e na qualidade de agente do imperialismo norte-americano, êle tem [illegible] entendimentos na Associação Rural, [illegible] que o movimento [illegible] ção comunista.

Convém assinalar que a Associação Rural de Lages é uma associação dominada por um pequeno grupo de grandes fazendeiros latifundiários, enquanto a grande maioria dos proprietários rurais, cujo total subia, em 1957, a 8.832, não são ouvidos. A tal carta que o sr. César Vieira da Costa “escreveu” não representa, pois, o pensamento dos agricultores dêste município.

Para terminar, mais uma informação: tem provocado entre a população comentários dos mais humorísticos o fato de [illegible] Al Neto andar pela cidade fantasiado de “cow-boy” texano.



AL NETO

No Conjunto De Marechal Hermes NEM OS INCINERADORES FUNCIONAM

Criminoso descaso do IPASE

Esse aspecto de um dos blocos mostra o estado de abandono das casas. O mato tomou conta dos passeios, e o incinerador de lixo nem existe mais.

* AS BARATAS SAEM EM FILA DAS LIXEIRAS
* CANOS ENTUPIDOS E JANELAS QUEBRADAS

Reportagem de ANA MONTENEGRO

Em 1956, o IPASE entregou a pequenos funcionários públicos, em sua maioria ex-combatentes da FEB, 440 apartamentos em Marechal Hermes. 440 famílias, abrangendo cêrca de 3.000 pessoas, pois a inscrição e distribuição foi feita sob o critério de número de familiares, passaram a ter onde morar. E' verdade que cada apartamento foi vendido pela tabela Price, ao preço de quase Cr$ 500.000,00, com amortizações que variam de Cr$ 1.108,50 a Cr$ 2.500,00 mensais. Aquela época não eram tão baratos, considerando as pequenas acomodações e a péssima qualidade do material empregado, tanto que ainda não são passados 5 anos e a maioria está caindo aos pedaços. No entanto, a construção do Conjunto Residencial 3 de Outubro, à Rua Costa Barros, pode ser levada a crédito do IPASE pelo seu alcance social, embora seja uma gota dágua nas necessidades de moradia do funcionalismo, em grande número espalhado pelas favelas.

Desde, porém, que as chaves passaram às mãos dos futuros proprietários, o IPASE abandonou, completamente, aquelas 3.000 pessoas. Abandonou como se não houvesse um contrato, pelo qual tem obrigação não só de vistoriar, mas, também, administrar, todo o conjunto. Nunca o fez. Aliás, nem acabou muito bem de construí-lo, pois, ainda hoje, nos corredores de serviço não colocou nem as lâmpadas. Mas isso não é o principal.

LIXO E CANOS ENTUPIDOS

Os moradores que, em sua grande maioria, não ganham além de Cr$ 6.760,00 incluindo o último abono de 3[illegible] (só uns 10 funcionários ganham entre Cr$ 9.000,00 e Cr$ 11.000,00, sendo êste o maior vencimento), com uma média de 6 filhos menores, fizeram questão de cooperar com a nossa reportagem, mostrando as lixeiras. Os incineradores deixaram de funcionar há muito tempo. O material empregado nos incineradores não era próprio e não resistiu ao calor. As lixeiras colocadas nas portas dos apartamentos ficam dias e dias sem limpeza e exalando um mau cheiro insuportável. Alguns nos diziam:

— Como é possível viver num pequeno apartamento, com as crianças cercadas de lixo? Até quando poderemos suportar esta situação?

Outros acrescentavam que as baratas saem, em filas, das lixeiras e infestam as casas.

Existem, ainda, outros problemas sérios. E' grande o número de janelas quebradas. As tubulações para a passagem da água estão entupidas. E muitos litros de água, que poderiam servir a outros bairros ou ao próprio bairro de Marechal Hermes, perdem-se, inutilmente, no conjunto. Está havendo infiltração de água nas paredes de vários apartamentos. E encontramos um bloco com enorme fenda. O conjunto tem um ar de abandono. Os passeios não foram ajardinados e as crianças brincam na terra e perseguidas pelo lixo.

Pela cláusula 14ª da promessa de compra e venda dos apartamentos cabe ao IPASE "a administração de todos os apartamentos existentes na quadra". Ao que consta entre os moradores com quem conversamos longamente, existe um administrador, sr. Goes, que não mora nem nas imediações, raramente aparece por lá e muitos nem o conhecem. Limita-se a mandar varrer os passeios e as escadas. As reclamações, respondem os homens da limpeza que não lhes é fornecido material para lavar as escadas. Nada podem fazer. Se as taxas de condomínio são pagas, descontadas em fôlha, em que são empregados?

Na cláusula que já citamos, a 14ª "é assegurada ao IPASE a faculdade de renunciar à administração do conjunto, hipótese em que será ela atribuída ao adquirente de um dos apartamentos, etc., etc." Por que o IPASE não entrega a administração do conjunto aos próprios moradores? Soubemos que, com essa finalidade, várias comissões foram às administrações passadas fazer as reclamações que estamos publicando, mas que não conseguiram o menor resultado. A administração do IPASE, talvez por estar tão longe, na rua Pedro Lessa à Marechal Hermes e preciso andar muito, não se comove com a situação.

Já não falamos dos adultos, mas das crianças, que vivem em precárias condições de higiene. Disem, ainda uma vez, os moradores ao IPASE:

— Não faça nada, se não quer fazer, mas, pelo menos, mande consertar ou substituir os incineradores de lixo!

A nossa reportagem tinha somente o objetivo, atendendo a insistentes pedidos, de denunciar o abandono em que o IPASE vem deixando aquêle conjunto de modestos servidores públicos, mas não pôde deixar de ouvir as reclamações de centenas de servidores civis dos Ministérios militares, especialmente da Guerra, no tocante ao que ganham e como vivem. A maioria é da referência 19, com o ordenado de Cr$ 5.200,00 e mais Cr$ 1.560,00 do abono. O que comem, como botam os filhos na escola, o que vestem, enfim como vivem, nem êles mesmos sabem dizer. Reclamam promoções, melhorias, qualquer medida administrativa que contribua para minorar as dificuldades, a quase miséria. Encontramos, por exemplo, um servidor do Ministério da Guerra, com 18 anos de serviço, ganhando apenas o salário-mínimo! O apêlo daqueles servidores ao marechal Lott é no sentido de que promova uma revisão nos quadros dos servidores, a fim de que, através de uma reestruturação, êles tenham seus vencimentos melhorados.

Apelam, também, para que o Serviço de Trânsito instale um sinal na rua que fica entre o conjunto e um ginásio que funciona em frente, pois as crianças estão constantemente expostas a perigo, não havendo qualquer fiscalização.

Não é possível continuar a situação de abandono em que se encontra o Conjunto 3 de Outubro. Ou o IPASE administra o conjunto como deve e como determina o contrato, ou entrega a administração aos moradores. Êles saberão muito bem empregar as taxas de condomínio.

RESPOSTA AO LEITOR

CAFE FREITAS (DF) — Estamos procurando levar em conta suas sugestões sôbre a redução dos sub-títulos para a economia de espaço, embora não se possa adotar como norma a simples supressão de todos os sub-títulos.

MILTON SOARES (Altamira-Pará) — Aguardemos a reportagem com fotos. Encaminhamos as poesias ao redator responsável pela página cultural.

JOÃO CARVALHO (São Paulo) — Agradecemos os termos de sua carta.

ROLANDO FRATT (Santo André-SP) — Suas críticas são justas e foram transmitidas ao responsável. A troca de nomes revela, sem dúvida, falta de atenção. Deixamos de publicar pequenas notícias enviadas, por terem chegado com atrazo, muito depois dos acontecimentos a que se referem. Por outro lado, estamos enfrentando dificuldades decorrentes da falta de espaço (pensamos em aumentar em breve o número de páginas). Somos, por isso, forçados a dar preferência a certas matérias de maior repercussão e interêsse nacional. A reportagem sôbre Santo André, que por sinal é rica de dados, será oportunamente aproveitada.

ARLINDO VIANA XAVIER (Londrina-Paraná) — A entrevista a que se refere poderá ser interessante. Quanto à reportagem, devem ser escolhidos problemas que estejam sendo sentidos pela população e que tenham interêsse ou repercussão nacional.

MANUEL JOÃO DA SILVA (Entre Rios) — Suas correspondências, enviadas dentro de jornais, têm chegado com grande atrazo. A de 30 de abril, por exemplo, veio às nossas mãos no dia 11 de maio. Os assuntos se tornam assim, velhos. Pedimos enviar as correspondências (que devem ser escritas imediatamente após os fatos) por carta expressa.

JOÃO DUARTE (Natal) — Infelizmente não nos foi possível atender ao seu pedido. Foram muitas as notícias sôbre o 1.º de maio que chegaram com atrazo à nossa redação. Publicá-las seria prejudicar a divulgação de outras matérias atuais.

SIDARIO MARINHO BARBOSA (Patos de Minas) — Pelos mesmos motivos de nossa resposta acima, ficamos impossibilitados de publicar sua correspondência, o que lamentamos.

SEBASTIÃO SANTOS (Oliveira-Minas) — Cremos que, em vez de artigos, seria conveniente uma reportagem sôbre a situação da Cooperativa.

CARTA DO SERTÃO

ZÉ PRAXEDI — o poeta vaqueiro

Copacabana, quatoze
Do mês de Santa Maria.
Cumpade Mané Ventura:
Tudo ormenta dia a dia.

Eu, Simpiliço e Tumaz
Moremo nas construção.
Adispôs de construi
O doutô manda saí:
Lá se vai os três irmãos.

Mudemo pr'outo locá
Pra fazê mais um palaço.
Só se come fejão-preto,
De carne nem um pedaço.
Tô mandando pra fâmia
Todo dinhêro qui faço.

Tôda noite, meu cumpade,
Saimo vendo a cidade.
Tem tanto cumê chêroso
Qui dá na gente vontade
De se quebrá o fitêro
E cumê o galinhêro
Cuzido a litricidade.

Pedimo a Deus paciença
E fiquemo garantido.
Se sente a barriga chêa
Mermo sem se tê cumido.

Muié sôrta, nessas praça,
Da meia noite pru dia,
(Cum licença da palava)
E' u'a patifaria!

Moçinhas pobre, cumpade,
Anarfabetas, sem leis,
Bem vistidas, profumadas,
Ficam nos poste, incostadas,
A precura de fregués.

As cabôca de qui falo
São bunita, não são feia.
Pra elas foi abulido
Aquêles uso de meia.
Carca como nós carcamos
Apragata de corrêa.

Tem muié qui veste carça
Dessa mescra de sordado.
Eu tenho saído atrás
Só pá ficá informado
Daquela coisa o qui é:
Se a danada é muié,
Ou home farcifiendo.

Arrecomenda minha carta
Logo qui arrecebê,
Lembrança à tôda fâmia.
Teu cumpade: Zabelê.

HOMENAGENS A PRESTES NO TRIANGULO MINEIRO

Constituiu um marcante acontecimento no Triângulo Mineiro a visita recentemente feita por Luís Carlos Prestes a essa região de Minas Gerais. Apesar da ilegal proibição de participar de atos públicos, Prestes teve oportunidade de receber inúmeras e calorosas homenagens dos trabalhadores e demais patriotas do Triângulo. A arbitrariedade cometida pelo governador Bias Fortes não impediu que a palavra de Prestes fôsse ouvida por grande número de homens do povo e representantes dos mais diversos setores sociais.

EM UBERABA

O primeiro município a ser visitado por Prestes foi Uberaba. Depois de recebido por numerosos amigos e correligionários, o líder comunista, acompanhado por uma grande caravana de automóveis, dirigiu-se à Exposição Agro-Pecuária. A presença de Prestes, tendo ao lado o pecuarista Afrânio de Azevedo, seu velho amigo, despertou enorme curiosidade na massa popular que se encontrava no recinto da feira. Nessa ocasião, inúmeras pessoas dirigiram-se a Prestes para cumprimentá-lo.

O líder popular fêz também uma visita à Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, criada pelo dep. federal Mário Palmério, onde foi calorosamente recepcionado por professôres e alunos. Achavam-se presentes os membros do diretório local do PTB. Nessa ocasião, realisou-se animado debate em tôrno dos problemas econômicos e políticos do país, com a participação de dezenas de pessoas.

Depois de visitar um velho correligionário que se encontra enfêrmo, — Eduardo Leitão — Prestes jantou na residência do sr. Licúrdio Modesto, onde ficou hospedado. Dezenas de amigos e correligionários do líder comunista participaram do jantar.

A noite, realizou-se uma solenidade no bairro Abadia na qual Prestes dirigiu a palavra a numerosa assistência. Foi saudado, em nome dos uberabenses, pelo sr. Gabriel Pares.

No segundo dia de sua estada em Uberaba, Prestes concedeu uma entrevista ao jornal «La voura e Comércio», visitou a Fazenda Experimental do sr. Torres Homem Rodrigues da Cunha, realizando em seguida um vivo debate com grande número de fazendeiros locais.

Nesse mesmo dia, Prestes visitou a Prefeitura de Uberaba, mantendo demorada palestra com o prefeito Jorge Furtado e diversos vereadores.

Prestes esteve ainda em visita ao Sanatório e Lar Espírita.

Dos encontros que teve com os líderes políticos, destacam-se a [illegible] ao presidente do PSP e a entrevista com o diretório do Partido Trabalhista Nacional.

Finalmente, foi oferecido a Prestes um churrasco de 100 talheres. Em nome dos uberabenses falou o sr. Afrânio de Azevedo. Agradecendo a homenagem, [illegible] a necessidade de todos os patriotas se unirem na luta contra os inimigos do Brasil.

Dois aspectos da visita de Prestes a Uberaba: no momento em que palestrava com o prefeito Jorge Furtado, e durante o churrasco que lhe foi oferecido pelos amigos e correligionários.

EM MONTE ALEGRE

Cerca de mil pessoas aguardavam a chegada de Prestes na entrada da cidade de Monte Alegre. Entre as personalidades presentes achavam-se os presidentes do diretório municipal do PSD, sr. Nicanor Parreira, e do diretório do PTB, sr. Fausto Borges, além dos vereadores Anastácio Pereira dos Santos e Maurílio Alves Morais.

Das sacadas da residência do dr. Adilton Mendonça, que o saudou, protestando contra o ato arbitrário do govêrno do sr. Bias Fortes, Prestes dirigiu-se ao povo, agradecendo as provas de solidariedade que recebia e apelando para a unidade de todos em tôrno da luta pela defesa dos interêsses nacionais e da democracia.

EM ITUIUTABA

Nessa cidade, Prestes realizou inúmeras visitas e, durante todo o tempo em que esteve hospedado na residência do dr. Gerônimo Gouveia, recebeu diversas delegações e os cumprimentos de centenas de pessoas. Entre as personalidades que estiveram com Prestes figura o presidente da Câmara Municipal, sr. Geraldo Tavares (PSD).

Prestes visitou as oficinas do jornal «Fôlha de Ituiutaba», as máquinas de arroz dos Irmãos Vilela, as Indústrias Reunidas Baduy, Laticínios Invernada, Casa de Saúde Santa Cecília, Educandário Ituiutaba, etc.

A noite, realizou-se grande banquete em homenagem a Prestes. O líder comunista dirigiu-se a pé até o Restaurante Tiradentes, acompanhado por enorme massa humana. Todos queriam ver e saudar Prestes. No banquete falou o jornalista Geraldo Sétimo. Agradecendo a homenagem, Prestes criticou severamente a atitude do governador Bias Fortes, proibindo-o de falar em praça pública, e fêz um ardente apêlo à unidade de todos os patriotas e democratas.

EM UBERLANDIA

O ato mais importante neste município, além das numerosas visitas feitas por Prestes, foi o grande churrasco, de mais de 100 talheres, num dos principais restaurantes da cidade. Centenas de pessoas invadiram as dependências do restaurante ou se mantiveram em tôrno aguardando o momento em que Prestes devia falar.

EM ARAGUARI

Nesta cidade, Prestes esteve com o delegado, o prefeito e o juiz protestando contra a ilegal portaria da polícia que o proibia de participar em atos públicos. [illegible] várias visitas, foi homenageado em um [illegible] e realizou uma palestra a que estiveram presentes mais de 200 pessoas.

PRESTES NO TRIANGULO MINEIRO

Luiz Carlos Prestes percorreu diversas cidades do Triângulo Mineiro. A polícia do governador Bias Fortes, numa demonstração de que vive fora da realidade política do país e de que não leva muito em conta as garantias constitucionais, tentou impedir o contato do líder comunista com o povo e proibiu a realização dos comícios previstos. Tudo em vão, porém. O calor da estima popular acompanhou Prestes durante tôda a sua permanência nas cidades de Minas. Numerosas foram as manifestações de simpatia e apoio, os contatos com personalidades e dirigentes políticos, e em diversas oportunidades o ex-senador carioca se dirigiu ao povo para expor o pensamento dos comunistas sôbre os problemas do Brasil e do mundo. Em Uberaba, Prestes visitou o prefeito local, dr. Jorge Borlado, que o recebeu em companhia de vereadores do PTB e do PSP. Na foto, grupo formado quando Prestes e seu secretário deixavam a prefeitura da progressista cidade mineira. — Leia reportagem na 11a. página).

ORFEU NEGRO

levantou a Palma de Ouro do XII Festival Internacional de Cinema de Cannes. Esplendidamente realizado, o filme mereceu o aplauso unânime da crítica, do público e dos jurados e «L'Humanité» através de seu enviado assim comentou-o: «É' um belo filme, vibrante de movimento, de música, de côres. Uma excelente promoção de nosso país através do seu ritmo mais autêntico, de sua festa mais popular — Samba e Carnaval. Na foto a atriz Marpessa Dawn, intérprete de Eurídice que juntamente com o jovem Breno Mello formam a dupla principal de Orfeu Negro. Na página 9 desta edição o leitor encontrará uma completa reportagem sôbre o que foi êste Festival e o filme vencedor.

NOVOS RUMOS EM SEMANA DE FOTOS

LIXO DESAFIA INCINERADOR

O material empregado pelo IPASE na construção do Conjunto em Marechal Hermes levou a isso: os incineradores não funcionam. E as crianças brincam misturados com o lixo que sobra das lixeiras. O mau cheiro é insuportável. A falta de higiene transformou o Conjunto numa espécie de favela e os moradores têm protestado inútilmente contra o descaso do IPASE. No entanto, pagam, mensalmente, as taxas de condomínio. Por que não são empregadas na compra de novos incineradores? Se o IPASE não deseja administrar o Conjunto, como é obrigado pelo contrato, deve entregá-lo aos moradores, que reivindicam o direito de viver sem montes de lixo nas portas de suas casas. — Leia completa reportagem na página 11.

"OU SAI OU FECHA"

O dr. Josué Lage Filho, diretor técnico da Escola de Engenharia de Juiz de Fora, transformou o estabelecimento numa emprêsa particular sua. Tem praticado tôda sorte de irregularidades, chegando ao ponto de mandar vender, em veículos da Escola, os produtos de uma fábrica de que é proprietário. Contra essa situação vêm lutando, os alunos, que agora entraram todos em greve e só voltarão às aulas depois que o diretor técnico fôr definitivamente afastado. — (Reportagem na 10a. página)

AUMENTO OU GREVE

Os trabalhadores da Companhia Telefônica do Distrito Federal, na última assembléia convocada pelo seu Sindicato (foto), resolveram permanecer em assembléia permanente, e lançar mão ao recurso máximo da greve, se até o dia 1.º de junho a Ligth não tiver atendido as suas reivindicações. — Leia reportagem na página 4.